

A Geopolítica do Ártico e a política externa da Rússia para a região (2007-2017)

Carolina Sofia Nóbrega da Silva

Orientadora: Professora Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Relações Internacionais

Lisboa
2017

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT

Agradecimentos

Tenho a agradecer antes de mais aos meus pais, por sempre me apoiarem nas minhas escolhas académicas e por tornarem possível a realização deste Mestrado. Agradeço também pela educação que me têm dado, sempre pautada pelo exemplo de força e determinação, que me ajudaram a ultrapassar os momentos menos bons ao longo deste percurso.

Ao ISCSP, agradeço pela excelente formação académica e cívica, proporcionada por alguns dos melhores Professores que já tive o prazer de conhecer.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Professora Doutora Sandra Balão, que com o seu entusiasmo muito próprio fomentou em mim o gosto pelo estudo da região do Ártico. Por me ter inculcido um melhor espírito crítico e um maior sentido de exigência e rigor. Sem a sua orientação, a sua frontalidade e os seus “*inputs*” o percurso teria sido com certeza mais conturbado.

Aos meus amigos e, em especial, ao meu namorado, pelas horas passadas a falar desta Dissertação e pelo constante apoio e palavras de incentivo. Pelas saídas e distrações que me permitiram manter a sanidade mental, obrigado!

Resumo

As mudanças geográficas e, conseqüentemente, geopolíticas que se têm verificado no Ártico no século XXI deixam antever a importância da região à escala global. De facto, as alterações climáticas têm provocado o degelo das águas tradicionalmente geladas do Oceano Ártico revelando um potencial económico e energético extraordinário e uma abertura da região ao mundo até aqui sem precedentes.

A existência de grandes reservas de hidrocarbonetos, como petróleo e gás natural, aliada à abertura de “novas” rotas de navegação por períodos temporais cada vez mais alargados e às disputas territoriais tornam a região do Ártico um palco de competição e de potenciais conflitos entre os Estados Costeiros do Oceano com o mesmo nome.

A Rússia, como Estado com maior território na região é, indubitavelmente, o ator com mais peso e, conseqüentemente, com uma postura e atuação mais assertiva de entre os Estados Costeiros e com uma Estratégia para o Ártico elaborada em 2008, entretanto revista e atualizada em 2013. A Rússia tem investido fortemente nas suas capacidades políticas, económicas e militares como forma de assegurar e proteger os seus interesses e soberania, bem como de projetar a sua influência numa região que tem um papel fundamental na identidade russa.

Este é um estudo de caso que se baseia numa análise documental de natureza dedutiva, com o objetivo de procurar identificar os principais interesses e as principais linhas orientadoras da atuação da Rússia no Ártico, de modo a discutir em que medida as ambições russas implicam desafios securitários à estabilidade e segurança na região.

Palavras-chave: Ártico, Alterações Climáticas, Recursos Energéticos, Rotas Marítimas, Rússia

Abstract

The geographical and deriving geopolitical changes occurring in the Arctic in the 21st century, makes it undoubtedly one of the most important regions on the planet. Climate change has systematically led to the thawing of the traditionally frozen waters of the Arctic Ocean, revealing an outstanding economic and energetic potential and an openness to the region without precedent so far.

The existence of large hydrocarbon reserves, like oil and natural gas, combined with the opening of “new” sea routes for ever longer periods of time and to the territorial disputes, make the Arctic a stage of competition and potential conflict among the Arctic Littoral States (Arctic Five).

As the state with the largest territory in the Arctic, Russia is, unarguably, the actor whose posture and actions towards the region are the most assertive among the Arctic Five, with an Arctic Strategy drafted in 2008, followed by a revised and updated version in 2013. Russia has been investing heavily in its political, economic and military capabilities as a way to ensure and protect its interests and sovereignty and to project its influence in a region that has a fundamental role in shaping the Russian identity.

This is a case study based on a documental analysis of deductive nature, with the goal of identifying the main interests and main guide lines of Russia’s actions in the Arctic, as a way to try to understand and clarify if Russia’s ambitions imply security challenges upon the stability and security of the region.

Key words: Arctic, Climate Change, Energy Resources, Sea Routes, Russia

Índice

Introdução.....	1
1. Âmbito	1
2. Motivação e pertinência	1
3. Enquadramento epistemológico.....	4
3.1. Operacionalização de conceitos	7
3.2. Objetivos	10
Nota metodológica.....	12
1. Questão de partida.....	13
1.1. Hipóteses de trabalho	14
Capítulo I - Geopolítica do Ártico	15
1. Breve contextualização histórico-evolutiva	17
2. O Ártico nos estudos geopolíticos	19
3. O Ártico no século XXI	22
Capítulo II - O Ártico e a Rússia	30
1. Os recursos energéticos.....	31
2. A Rota do Nordeste.....	36
3. Disputas territoriais	40
Capítulo III - As linhas gerais da política externa russa e a(s) Estratégia(s) para o Ártico	48
1. As linhas de orientação da política externa da Rússia no século XXI.....	48
1.1. Contextualização	48
1.2. Conceitos de Política Externa	50
1.3. Estratégia de Segurança Nacional	53
2. Estratégia(s) para o Ártico	55
Capítulo IV – (In)segurança no Ártico	58
1. Militarização no Ártico russo.....	59
2. Exercícios militares dos Estados Costeiros.....	64
3. Dilema de segurança?	65
Conclusão	68
1. Verificação de hipóteses	69
Bibliografia.....	73

Índice de Figuras

Figura 1- Fronteiras do Ártico	16
Figura 2- Linha das Árvores	16
Figura 3 – Representação da “Área Pivot” e os Crescentes Marginal Interior e Insular Exterior de Mackinder	20
Figura 4 – Área de decisão de Seversky	21
Figura 5 – Extensão de mar coberto de gelo em dezembro de 2016 em comparação com a média de 1981-2010 (linha rosa)	24
Figura 6 - Extensão de mar coberto de gelo em 2017	24
Figura 7 – Reservas de petróleo por descobrir no Ártico	26
Figura 8 – Reservas de gás natural por descobrir no Ártico.....	27
Figura 9 – Rotas Marítimas do Ártico	28
Figura 10 – Projeção polar do território russo	30
Figura 11 – Petróleo e Gás Natural no Ártico	31
Figura 12 – Reservas originais de gás natural [original gas in place (OGIP)] nos territórios árticos dos quatro países produtores e a produção cumulativa até à data (indicada pela % ou parte mais clara da figura)	32
Figura 13 – Reservas originais de petróleo [original oil in place (OOIP)] nos territórios árticos dos quatro países produtores e a produção cumulativa até à data (indicada pela % ou parte mais clara da figura)	33
Figura 14 – Total de exportações de gás natural da Rússia por destino	36
Figura 15 – A Rota Nordeste em comparação com o Canal do Suez.....	39
Figura 16 – A submissão da reivindicação russa de extensão da plataforma continental	41
Figura 17 – Reivindicações da Rússia no Ártico.....	43
Figura 18 – Fronteiras, Reivindicações e Infraestrutura no Ártico	45
Figura 19 – Linha de delimitação fronteiriça Russo-Norueguesa no Mar de Barents e Oceano Ártico.....	46
Figura 20 – Despesas militares (%) dos 15 países com os gastos mais elevados em 2015	60
Figura 21 – Despesas militares (%) dos 15 países com os gastos mais elevados em 2016	61
Figura 22 – A militarização russa do Ártico em 2015.....	63

Índice de Tabelas

Tabela 1- As dez extensões de gelo mínimas no Ártico mais baixas (registo por satélite, 1979 até ao presente)	2
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---

Lista de Acrónimos

AMAP Arctic Monitoring and Assessment Programme
AC Arctic Council
ACE Arctic Challenge Exercises
CA Conselho do Ártico
CEI Comunidade de Estados Independentes
CIS Commonwealth of Independent States
CLPC Comissão de Limites da Plataforma Continental
CNUDM Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar
EC Estados Costeiros
EEZ Exclusive Economic Zone
EIA U.S. Energy Information Administration
EUA Estados Unidos da América
IECCA International Expert Council on Cooperation in the Arctic
IEEE Insituto Español de Estudios Estratégicos
NATO North Atlantic Treaty Organisation
NSIDC National Snow & Ice Data Center
OGIP Original Gas in Place
OI Organizações Internacionais
ONU Organização das Nações Unidas
OOIP Original Oil in Place
OTAN Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAME Protection of the Arctic Marine Environment
PC Plataforma Continental
PE Política Externa
RI Relações Internacionais
SI Sistema Internacional
UE União Europeia
UN United Nations
UNCLOS United Nations Convention on the Law of the Sea
URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USGS U.S. Geological Survey
ZEE Zona Económica Exclusiva

Introdução

1. Âmbito

Esta investigação enquadra-se no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais e constitui a Dissertação para obtenção do grau de Mestre naquela área científica pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, tendo como título: "A Geopolítica do Ártico e a política externa da Rússia para região (2007-2017)".

A colocação de uma bandeira de titânio no subsolo do Pólo Norte por parte da Rússia em 2007 contribuiu para atrair a atenção internacional, tornando-se assim, segundo Kristine Offerdal, um símbolo da perceção do Ártico como uma região disputada (2014). Este acontecimento, articulado com as alterações climáticas em curso marca, na nossa perspetiva, o "reavivar" da importância geopolítica da região, que se encontrava "adormecida" desde o fim da Guerra Fria e assinalando, por essa razão, o ponto de partida temporal da nossa análise. Faremos, no entanto, uma breve ponte com acontecimentos de séculos anteriores, por forma a contextualizar e compreender a importância da região, particularmente na ótica da Rússia.

2. Motivação e pertinência

As alterações climáticas são um fenómeno com consequências à escala mundial, muito embora seja na região do Ártico que aquelas se fazem sentir com maior intensidade, com as temperaturas do ar na região a aumentarem o dobro em relação à média global (Arctic Report Card, 2016). Por sua vez, as mudanças na sua geografia física têm alterado a maneira como a região é perspectivada quer em termos políticos, económicos, ambientais ou estratégicos. São precisamente estas alterações que tornam o estudo da região ártica cada vez mais pertinente nos dias de hoje, quer seja ao nível das dinâmicas relacionais entre os Estados Costeiros (EC), quer no âmbito das preocupações de natureza ambiental e de desenvolvimento sustentável. Segundo Sandra Balão "[O] Ambientalismo, como movimento associado à defesa e preservação do ecossistema assume uma relevância determinante no quadro de referência da acção no

âmbito do movimento de Globalização, sobretudo no contexto da crescente preocupação com as alterações climáticas e consequentes efeitos" (2012:181).

Na realidade, os efeitos das alterações climáticas no Ártico são bem visíveis e têm-se feito sentir com maior intensidade no início do século XXI, com o degelo das águas geladas daquele oceano a assumir destaque, representando uma abertura da região sem precedentes: *"[I]n the Arctic, it is turning what has traditionally been an impassible body of water ringed by remote wilderness into something dramatically different: an emerging epicenter of industry and trade akin to the Mediterranean Sea"* (Borgerson, 2013: 76). Por conseguinte, não podemos deixar de notar os benefícios que poderão advir destas alterações, uma vez que devido ao fenómeno de degelo, se revelou o potencial energético e económico do Ártico, tanto através da possibilidade de exploração de grandes reservas de petróleo, gás natural e minerais, como através da possibilidade de abertura e consequente navegação das rotas do Oceano Ártico: a Rota do Nordeste e a Passagem Noroeste.

Tabela 1- As dez extensões de gelo mínimas no Ártico mais baixas (registo por satélite, 1979 até ao presente)

RANK	YEAR	MINIMUM ICE EXTENT		DATE
		IN MILLIONS OF SQUARE KILOMETERS	IN MILLIONS OF SQUARE MILES	
1	2012	3.39	1.31	Sept. 17
2	2016	4.14	1.60	Sept. 10
	2007	4.15	1.60	Sept. 18
4	2011	4.34	1.67	Sept. 11
5	2015	4.43	1.71	Sept. 9
6	2008	4.59	1.77	Sept. 19
7	2010	4.62	1.78	Sept. 21
8	2017	4.64	1.79	Sept. 13
9	2014	5.03	1.94	Sept. 17
10	2013	5.05	1.94	Sept. 13

Fonte: NSIDC, 2017

Neste contexto, não obstante a crescente interdependência e globalização que se verifica na Sociedade Internacional (SI) (Balão, 2014), é necessário ter em conta que os interesses nacionais dos Estados ocupam um lugar central na Política Externa (PE) e, no Ártico, estes interesses versam sobretudo sobre a obtenção de recursos naturais e manutenção da soberania sobre o território. Assim, e apesar da aparente estabilidade, a verdade é que, nos dias de hoje, o cenário de cooperação na região não é tão estável como no início do século XXI, particularmente se se tiver em conta a crescente militarização que ali se tem desenvolvido (Balão, 2015). São os investimentos militares russos aliados aos cada vez mais frequentes exercícios militares por parte dos restantes EC, que nos levam a fazer referência a uma eventual militarização do Ártico a qual, na nossa perspetiva, poderá ter consequências ao nível da segurança da região.

O potencial económico e energético aliado à crescente militarização tornam o Ártico num "hot-spot" (Balão, 2015, 2016) e, como tal, a evolução dos acontecimentos na região tem que ser estudada e acompanhada com particular atenção não só no âmbito das Relações Internacionais (RI) que, segundo o Professor Adriano Moreira, são: “(...) *o conjunto de relações entre entidades que não reconhecem um poder político superior, ainda que não sejam estaduais (...)*” (Moreira, 1996:18), e cujas perspetivas e teorias ajudam a enquadrar e compreender as interações dos vários atores, como também no âmbito interdisciplinar, com recurso a disciplinas como a Estratégia, a Geopolítica e as questões associadas de Segurança e Defesa. Tendo em conta a natureza complexa da problemática em questão, torna-se, de facto, indispensável socorrer-mo-nos dos contributos das várias disciplinas para tratar (diferentes) assuntos que exigem abordagens distintas e complementares. O Professor Sousa Lara remete-nos para esta premissa ao referir que: “(...) *um primeiro método geral consiste na fixação de ciências auxiliares em função da ciência central em apreço, rodando desta última posição para uma posição auxiliar, supletiva e derivada de qualquer das ciências em função do enfoque específico que se escolha como determinante*” (2013:36).

Neste sentido, o motivo que nos impulsionou no sentido de estudar e aprofundar o conhecimento científico sobre esta temática prende-se com a sua atualidade, na medida em que, como atrás referimos, foi apenas no início do século XXI que a região tornou a assumir importância estratégica, política e económica significativa, o que imprime uma certa incerteza quanto ao futuro da região, uma vez que as consequências de certos acontecimentos ainda estão por se revelar. Neste contexto, podemos referir a

submissão russa à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) em 2015, em relação à qual a Comissão ainda terá que emitir as suas recomendações, que ditarão a extensão territorial controlada pela Rússia no Ártico. Por outro lado, também a militarização generalizada da região, caso venha a tornar-se uma realidade, poderá ter consequências muito negativas para a cooperação entre os EC.

3. Enquadramento epistemológico

Os estudos que versam sobre a região do Ártico têm-se multiplicado no seio académico, muito devido às mudanças na geografia e, consequentemente, na geopolítica da região. As preocupações ambientais aliadas aos desafios impostos pelo aumento da atividade humana na região levaram vários autores a elaborarem as suas análises e desenvolverem perspetivas sobre a região.

Neste sentido, podemos destacar os contributos de autores internacionais desde Lassi Heininen (2007), Klaus Dodds (2010), Kristine Offerdal e Rolf Tamnes cujo livro *Geopolitics and Security* representa uma visão global do Ártico enriquecedora e completa (2014), a autores que fornecem visões críticas e objetivas sobre os recursos da região, essenciais para contrapor perspetivas, como Kathrin Keil (2014) ou Pami Aalto (2016). Por outro lado, torna-se essencial versar sobre o trabalho de autores como Konyshev e Sergunin (2014), Marlene Laruelle (2014), Pael Baev (2007) e Konstantin Voronov (2012), que nos ajudam a enquadrar a atuação e ambições russas na região do Ártico.

No panorama nacional, a tendência é para o aumento dos estudos sobre a região, à medida que o tema se vai “infiltrando” na comunidade científica, com destaque para os contributos inovadores da Professora Sandra Balão (2012; 2015; 2016), do Coronel Eduardo Ferrão (2014) e de João Leal (2014), fazendo ainda referência a Maria Raquel Freire (2013; 2015) cujo trabalho no que toca aos estudos sobre a Rússia importa destacar. Importa, do mesmo modo, fazer referência aos estudos elaborados em sede de Mestrado, como é o caso dos trabalhos de Valter Claudio sobre a PE do Canadá para a região, de Rúben Pereira sobre o Ártico e a Estratégia energética da UE e de Ana Baptista sobre a geopolítica do Ártico.

Com o aumento dos estudos científicos emergem, inevitavelmente, posições e pontos de vista contrastantes que se materializam em diferentes perspectivas teóricas. No caso do Árctico, e no âmbito das RI, importa destacar as perspectivas neorealista e liberal institucionalista. Por um lado, é necessário referir a perspectiva neorealista por ser aquela por nós escolhida para analisar a temática e o objeto de estudo em questão. Por outro, torna-se fundamental demonstrar e fundamentar perspectivas de algum modo contrastantes de modo a melhor sustentar e validar a perspectiva por nós adotada. Assim sendo, considera-se que a perspectiva que melhor contrapõe a neorealista, neste contexto, é a perspectiva liberal institucionalista, adotada por vários autores que estudam a temática em questão.

Como nos referem Dougherty e Pflatzgraff, os autores e investigadores neorealistas continuam a considerar os estados como os atores principais das relações internacionais, sendo o estado-nação um ator racional "*(...) que procura o seu interesse nacional (concebido em termos de poder) no contexto de uma sociedade anárquica, ou seja, um sistema internacional de autoajuda no qual a segurança, definida como sobrevivência, se mantém no topo da lista das prioridades do estado*" (2003:43). O desenvolvimento da teoria neorealista é, muitas vezes, atribuído a Kenneth Waltz através da sua obra *Theory of International Politics*. Nesta obra, Waltz afirma que num sistema anárquico, cada Estado segue o percurso que considera que servirá melhor os seus interesses, sendo que ao nível internacional, a força de um Estado é aplicada para sua própria segurança e vantagem (1979).

Por outro lado, numa perspectiva liberal institucionalista defende-se que os estados soberanos deixaram de ser os únicos atores das RI, uma vez que as Organizações Internacionais (OI) e outros atores não-estatais têm cada vez mais peso e influência no SI. Vitor Santos denota a crescente importância das relações internacionais que vão além das estruturas políticas e diplomáticas tradicionais que originam "*(...) a identificação de novas categorias de actores e a percepção de novas áreas de relacionamento, exigindo o aumento da extensão do objecto para além das relações políticas entre estados soberanos*" (2007:86). Klaus Dodds afirma que o liberalismo institucional é um "*meio termo intelectual*" (2005:39) entre o realismo e o liberalismo, na medida em que se reconhece a importância do Estado soberano e dos seus interesses nacionais, indo, no entanto, mais além no reconhecimento de que os espaços políticos globais são partilhados com outros atores, como as Nações Unidas,

organizações intergovernamentais, entre outros, ao mesmo tempo que se rejeita a premissa de que não existem consequências ou limites no comportamento dos Estados (idem). O mesmo autor refere que "[A] series of conflict mitigating factors and transnational institutions ensure that states do not behave in a selfish and violent manner" (ibidem:39).

Neste sentido, o Ártico no século XXI é, muitas vezes, descrito por vários estudiosos como sendo uma região onde predomina a cooperação e o multilateralismo pautado pelas relações pacíficas entre os Estados e as variadas OI que nele atuam (Rasmussen, 2015), ao mesmo tempo que parece persistir a ideia generalizada de que a possibilidade de conflito no Ártico é inexistente ou muito baixa. Este argumento é fundamentado, principalmente, pelo papel regulador do Conselho do Ártico (CA), bem como por tratados internacionais, especificamente a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) (Gabrielsson; Sliwa, 2014; Borgerson, 2013), o que nos leva a considerar e destacar a perspectiva liberal institucionalista como contraponto face à perspectiva neorealista.

Na sua análise, Kathrin Keil argumenta que os EC têm níveis de interesse significativamente diferentes em relação ao Ártico e que, portanto, é improvável que entrem numa corrida geopolítica pelos recursos da região (2014). Lassi Heininen e Heather Nicol, por outro lado, sublinham a existência de desafios comuns associados às alterações climáticas e ao desenvolvimento sustentável, devidamente tratados no âmbito do CA (Heininen; Nicol, 2007). Nestes casos, a ênfase é colocada na existência de desafios comuns associados maioritariamente a questões de natureza ambiental e de segurança humana que geram, por consequência, interesses comuns, assim como na capacidade dos EC de resolver as potenciais disputas e conflitos por via da cooperação, principalmente através das OI existentes na região, seguindo uma lógica liberal institucionalista.

Em contraste, Dadwal afirma que: "[T]he lure of control over the region's undoubtedly large hydrocarbon resources has motivated many of the Arctic states to gain sovereign control over the region's increasingly accessible energy reserves" (2014:819). De facto, é precisamente a possibilidade de extração de recursos energéticos e minerais consideráveis que levou a que alguns autores equacionassem uma "corrida energética" na região (Ghimis, 2013). Por outro lado, há quem aponte as

"novas" rotas de navegação e as disputas territoriais como principais fatores destabilizadores e causas de conflito que se explicam pelo facto de estarem diretamente relacionados com os interesses nacionais dos Estados envolvidos (Flake, 2015). Neste sentido, Sandra Balão refere que: "*[O] facto de o Oceano Glacial Ártico estar a transformar-se progressivamente numa imensa massa de água navegável na sua quase total extensão e, tendencialmente, de forma cada vez mais livre de obstáculos por períodos de tempo sucessivamente mais amplos, não invalida a premissa de que subsistem inúmeras pretensões e discordâncias associadas a esta liberdade (pelo menos formal) em face de questões de soberania, de recursos submersos ou de controlo de passagem e ou fiscalização de direito de navegação*" (Balão, 2016:131). A importância atribuída à disputa pelos recursos energéticos, por território e jurisdição sobre as rotas marítimas, segue uma lógica de supremacia dos interesses nacionais de cada Estado, por sua vez associada com a perspetiva neorealista.

No que respeita às ambições da Rússia, em particular no quadro da sua PE para o Ártico, é de salientar o facto de que "*(...) tem-se apresentado como o actor mais agressivo (ou assertivo) ao assumir-se como a superpotência emergente na e da região*" (Balão, 2015:50). De facto, com a chegada de Putin ao poder, a PE russa tem-se pautado pela assertividade, associada ao objetivo permanente de projeção de poder e consolidação do estatuto de grande potência (Freire, 2013).

Na nossa perspetiva, considerando o potencial energético e económico da região do Ártico, que reforça a sua importância estratégica e articulando com o enfoque dado aos interesses nacionais por parte dos EC, em particular a Rússia, e sua disponibilidade para recorrer aos meios militares como forma de proteger esses mesmos interesses, considera-se a teoria neorealista das RI o quadro teórico mais adequado para analisar a temática em questão, pelo que será essa a nossa opção em termos de modelo observante e enquadrando o problema também na ótica dos estudos de segurança.

3.1. Operacionalização de conceitos

A base teórica desta Dissertação assenta na utilização de vários conceitos que serviram para enquadrar e validar a temática, entre eles os conceitos principais de

Geopolítica e Estratégia e os conceitos associados de Poder, Soberania e Segurança Nacional, que importa agora operacionalizar.

Estratégia

O Professor Marques Bessa define o conceito de estratégia como a “[P]lanificação a longo prazo da utilização dos instrumentos e recursos disponíveis para a ação tendente a alcançar objectivos previamente fixados” (Bessa, 1979:133). No mesmo sentido, o Professor António Silva Ribeiro descreve a Estratégia como “(...) a ciência e a arte de edificar, dispor e empregar meios de coacção num dado meio e tempo, para se materializarem objectivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em um ambiente de desacordo” (2010:22).

Neste contexto importa, do mesmo modo, fazer referência à cultura estratégica que “[N]a essência, trata[-se] de compreender em que medida os interesses nacionais, e as ações formais e informais na condução de objetivos críticos do poder são influenciados por fatores sócio-culturais, interligados com fatores geohistóricos, geoestratégicos, bem como com elementos da cultura política, de um dado Estado (...)” (Romana, 2016:14). Este conceito é essencial para compreender o processo de formulação dos interesses nacionais da Rússia, em articulação com os fatores ideológicos e de identidade a assumirem um papel fundamental na condução de objetivos estratégicos.

Geopolítica

A Geopolítica pode ser, muito sucintamente, descrita como a ciência que estuda a influência da Geografia no plano Político. Ratzel foi o primeiro pensador a tentar demonstrar que “(...) espaço é poder, dando origem a um movimento intelectual que utilizou a geografia como ciência fulcral para o entendimento do Estado como entidade política” (Almeida, 2012:130).

Segundo a conceção de geopolítica preconizada pelo IAEM, esta pode ser melhor entendida como “(...) a procura de relacionamento entre tipos comuns de comportamentos políticos com as diversas áreas geográficas, e o estudo da influência da geografia no enunciado dos objectivos dos povos” (apud Dias, 2005:61).

O Professor Políbio Valente de Almeida afirma que o método Geopolítico, por sua vez, equaciona a Geografia com a Política e com a História com o objetivo de: “(...) *explicar o facto político que a História regista, através das conexões, reais ou aparentes, que esse facto tem com a geografia. Porém, vai mais longe quando pretende explicar o que ainda não tem história e, por vezes, o que tem é, apenas, uma política nebulosa*” (2012:31). O mesmo autor refere ainda que a geografia é a geratriz básica do poder, ou seja, é “(...) *o factor mais estável do poder. E o segundo factor mais estável, a cultura, é, na maior parte dos casos, uma consequência óbvia das condições geográficas*” (Almeida, 2012:112).

Poder

Segundo o Professor Marques Bessa, “(...) *o conceito de poder resume-se à relação entre dois sujeitos, um dos quais impõe ao outro a sua própria vontade, determinando-lhe o comportamento. A posse dos meios que possibilitam a imposição da vontade a outros homens ou grupos de homens é o poder*” (1979:257).

O Professor Sousa Lara remete-nos, do mesmo modo, para a neutralidade do poder, isto é: “[O] *poder em si (...) não é suscetível de uma valoração, ou seja não pode ser qualificado na sua essência como tal, de bom ou mau e em última instância é-nos forçoso olhá-lo apenas como imprescindível*” (Lara, 2009:325). O que se verifica é a moldagem do poder consoante a ideologia que dele faz uso.

O Professor Adriano Moreira, por sua vez, argumenta que o poder varia de composição consoante as épocas e os lugares, sendo que “(...) *o poder militar é o decisivo em certas épocas e circunstâncias, o poder científico, tecnológico, financeiro, económico são predominantes noutras*” (1996:107).

O poder é, deste modo, neutro e moldável consoante ideologias, épocas e lugares, concretizando a capacidade de coação de um ator sobre o outro, levando-o a agir de acordo com os seus interesses.

Segurança Nacional

Segurança Nacional foi definida pelo IDN como a “*situação que garante a unidade, a soberania e a independência da Nação, a integridade e a segurança das pessoas e bens, o bem-estar e a prosperidade da Nação; a unidade do Estado e o*

desenvolvimento normal das tarefas, a liberdade de acção política dos órgãos de soberania e o regular funcionamento das instituições democráticas, no quadro constitucional” (Ribeiro, 2010:49).

No âmbito da segurança é crucial fazer referência ao conceito de interesse nacional que o Almirante Silva Ribeiro define como: “(...) *(bens a proteger) que dão corpo à segurança nacional e, pelos quais, em caso de provocação, o Estado deve lutar pela sua preservação.* (Ribeiro, 2010:49). Por outro lado, o Professor Sousa Lara afirma que: “[É] *condição necessária a qualquer grande potência a definição de interesses nacionais permanentes de relevância e aplicação externas*” (2016:15). Atente-se, neste contexto, no conceito de grande potência definida pelo Professor Adriano Moreira como “(...) *um estatuto político que se ganha e que se perde à margem de quaisquer variações do direito internacional, que se relativiza conforme a definição real do teatro político em causa (...)*” (2000:82).

Para a Rússia, a manutenção dos seus interesses nacionais estratégicos é de importância vital, mostrando-se disposta a agir, utilizando a força se necessário, por forma a protegê-los, como se tem verificado com os acontecimentos na Ucrânia, com a anexação da Crimeia.

3.2. Objetivos

Após a definição e enquadramento da temática e do objeto, segue-se o estabelecimento de objetivos de investigação. Segundo Paula do Espírito Santo, “[S]ão *os objectivos que direccionam a investigação, tornam eficaz a procura, permitem seleccionar, excluir, hierarquizar e permitem dar sentido às actividades de recolha de dados e análise, [e] interpretação de resultados (...)*” (2010:53). Deste modo, estabelecem-se objetivos gerais, que por serem de carácter mais amplo, envolvem a temática e o objeto num sentido mais vasto e por outro lado, objetivos específicos, que são questões mais específicas que requerem um maior aprofundamento da investigação: “(...) *when developing research questions, the researcher is involved in a process of progressive focusing down so that he or she moves from a general research area down to specific research questions*” (Bryman, 2012:89). Neste sentido, estabeleceu-se um objetivo geral:

- Procurar identificar os principais interesses e as principais linhas orientadoras da atuação da Rússia no Ártico, de modo a discutir em que medida as ambições russas implicam desafios securitários à estabilidade e segurança na região.

Quanto aos objetivos específicos, destacam-se aqui três:

- Identificar e discutir, através da análise dos dados recolhidos, os benefícios energéticos e económicos que o Ártico perfila para a Rússia;
- Identificar e discutir as principais linhas orientadoras da estratégia russa para o Ártico para poder concluir sobre se a atuação deste Estado na região, em sede de política externa, vai ao encontro das *guide lines* definidas;
- Analisar e discutir as causas e consequências da eventual militarização do Ártico russo, em articulação com as ações militares dos restantes Estados costeiros e em “linha” com a política externa definida para o período em análise.

Face ao acima exposto, é crucial, num primeiro momento fazer uma breve contextualização histórico-evolutiva e uma análise da importância geopolítica da região do Ártico. Este enquadramento permite-nos analisar os interesses que movem as ações da Rússia, tendo como base o documento oficial da Estratégia russa para o Ártico em articulação posterior com as diretivas da PE deste ator. Por fim, torna-se relevante fazer uma análise sobre a segurança no Ártico, com particular ênfase na militarização russa da região, com o objetivo de discutir as razões desta opção, resultado da intenção de projetar os seus interesses estratégicos (estratégia ofensiva) ou, apenas, de garantir a segurança dos mesmos (estratégia defensiva). É necessário, do mesmo modo, equacionar os exercícios militares praticados pelos restantes EC. A linha de separação entre a cooperação e o conflito é muitas vezes ténue e, portanto, é importante tentar perceber até que ponto a manutenção e defesa dos interesses nacionais através de exercícios militares ou ações associadas a uma militarização da região manterão a segurança ou se, pelo contrário, conduzirão à falta de cooperação e tornarão o Ártico um palco de conflitos e disputas de influência.

Deste modo, a presente dissertação dividir-se-á em quatro partes constituídas pela Introdução, Nota Metodológica, quatro Capítulos: i) A Geopolítica do Ártico; ii) Ártico e a Rússia; iii) As linhas orientadoras da Política Externa russa e a(s)

Estratégia(s) para o Ártico; iv) (In)segurança no Ártico; e Conclusão, seguida da Bibliografia.

Nota metodológica

Para proceder à investigação deu-se primazia ao método qualitativo assente numa análise documental, uma vez que se procurou tratar a informação disponível em vários documentos oficiais (fontes primárias) e/ou científicos (fontes secundárias), por forma a transformar essa mesma informação e apresentá-la de forma e perspetiva diferentes, sendo que: "*[O] propósito a atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação [aspecto quantitativo], com o máximo de pertinência [aspecto qualitativo]*" (Bardin, 1977:45-46). Carlos Moreira remete-nos, igualmente, para este ponto ao afirmar que: "*[O] uso feito pelo investigador social da documentação disponível deverá, portanto, ser acompanhado da respectiva avaliação e interpretação do material documental*" (Moreira, 2007:168). A análise documental a que procedemos é de natureza dedutiva, uma vez que se trata de um estudo de caso e, como tal, pretende-se deduzir uma série de hipóteses que devem ser sujeitas a escrutínio empírico com base em conceções teóricas sobre determinado assunto (Bryman, 2012). No entanto, a nossa investigação tem necessariamente uma componente quantitativa, que nos permitiu recorrer a dados estatísticos sob a forma de índices, tabelas, gráficos, etc., de maneira a podermos quantificar e aferir a evolução dos gastos e investimentos em matéria de defesa, por exemplo, essencial para fundamentar a nossa perspetiva no que diz respeito a uma eventual militarização do Ártico. Esta abordagem complementar é defendida na obra *Metodologia de Pesquisa*, de Sampieri, Collado e Lucio, que argumentam que ambos os métodos acrescentam algo ao estudo, sendo que cada um tem funções diferentes para conhecer um fenómeno: "*[O] pesquisador deve ser metodologicamente plural e guiar-se pelo contexto, a situação, os recursos de que dispõe, seus objetivos e o problema do estudo em questão*" (Sampieri et al., 2006:5). O uso da cartografia disponível é, do mesmo modo, essencial para ilustrar as informações recolhidas de maneira a consolidar e sustentar a análise documental elaborada.

A nossa análise teve como base o recurso a fontes primárias, de são exemplo, entre outros, o documento oficial da Estratégia da Rússia para a região do Ártico intitulado *The development strategy of the arctic zone of the russian federation and national security for up to 2020*, disponível em tradução inglesa na página online *International Expert Council on Cooperation in the Arctic* (IECCA) e a Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa, traduzida para inglês e disponível em arquivo pdf no site do *Instituto Español de Estudios Estratégicos* (IEEE). O acesso a estas fontes primárias foi fortemente condicionado por barreiras linguísticas, uma vez que a maioria dos documentos oficiais disponibilizados pelas plataformas online da Federação encontram-se em russo, daí que tenha sido necessário proceder à busca e opção por traduções da autoria de terceiros.

Recorreu-se, também, a fontes secundárias que abrangem monografias, artigos académicos e obras literárias fundamentais para a operacionalização de conceitos e compreensão mais aprofundada do objeto em estudo, bem como do estado da arte do conhecimento científico neste domínio. Fez-se uso, igualmente, da Internet na forma de *sites* de notícias, como *Sputnik News*, *RT*, *Geopolitics in the High North*, *Business Insider* e *Foreign Affairs*, mas também de páginas oficiais de Instituições como o CA, que abordam questões relevantes e pertinentes para esta investigação.

1. Questão de partida

Procurar-se-á com esta análise e com base nos objetivos estipulados, formular uma questão que permita estabelecer uma visão global daquilo que se pretende verificar com o trabalho de investigação, elaborando uma pergunta de partida breve e clara que nos impulse na direção do cumprimento dos objetivos, neste contexto definidos, inserindo-se no modelo observante pelo qual optámos. De facto, “[A] formulação de uma pergunta de investigação equivale a seleccionar uma direcção concreta (a qual pode resultar errada e deverá ser eventualmente alterada) ou a escolher um evento, uma situação, um comportamento e delimitar o tempo, espaço, as pessoas, o contexto em que se decide a pesquisa” (Moreira, 2007:71). Assim, o problema de investigação deste trabalho assenta na busca de resposta à questão:

"[Q]uais os desafios securitários à estabilidade e segurança na região do Ártico tendo em conta as ambições definidas pela Política Externa russa para a região entre 2007 e 2017?".

1.1. Hipóteses de trabalho

Partindo do problema de investigação, segue-se a etapa que diz respeito à formulação de hipóteses. As hipóteses são afirmações que se destinam a ser confirmadas ou refutadas, antecipando, portanto, uma resposta.

Nesta etapa é importante referir dois aspetos cruciais para qualquer trabalho de investigação: a validade (da técnica) e a fidelidade (dos resultados). Numa análise qualitativa, a validade é de grande importância, uma vez que tem que existir o cuidado de procurar garantir que os dados recolhidos correspondam à realidade, ou seja, que *"(...) estejam de acordo com o que os indivíduos dizem e fazem"* (Carmo e Ferreira, 1998:181). A técnica é válida quando mede aquilo que diz medir, ou seja, é adequada para medir o objeto de estudo, ao passo que a fidelidade diz respeito ao rigor, aos resultados que são iguais independentemente do investigador (idem). Paula Espírito Santo afirma que: *"[P]or fidelidade entenda-se objectividade, ou seja, a particularidade da análise que permite que a leitura das características do objecto seja feita de forma idêntica independentemente do investigador que a faça e ao longo do tempo"* (Espírito Santo, 2010:111). No âmbito da investigação a ser desenvolvida procuraremos então validar ou refutar as seguintes hipóteses:

Hipótese 1. O Ártico é a zona de influência russa por excelência que, nesse sentido, adota uma postura assertiva e está disposta a utilizar meios militares para defender os seus interesses e o seu estatuto na região.

Hipótese 2. Uma eventual militarização generalizada do Ártico atua como fator destabilizador da cooperação e, consequentemente, da segurança na região.

Hipótese 3. O Ártico no século XXI perfila-se como um pólo de potenciais tensões e conflitos entre os atores internacionais que interagem na região.

Capítulo I - Geopolítica do Ártico

A delimitação mais consensual e amplamente utilizada da região do Ártico é aquela que a caracteriza como a massa terrestre localizada a norte do Círculo Ártico (66°33'N), que engloba os territórios de oito Estados: a Rússia, os EUA, o Canadá, a Noruega, a Dinamarca, a Suécia, Islândia e Finlândia. Outras delimitações têm em conta características geográficas, físicas e/ou ecológicas, consoante a análise que se pretende fazer. Uma dessas delimitações é aquela proposta pelo AMAP (*Arctic Monitoring and Assessment Programme*) que engloba as áreas terrestres e marítimas a norte do Círculo Ártico (66°33'N), a norte de 62°N na Ásia e 60°N na América do Norte, modificada de maneira a incluir áreas marítimas a norte da cadeia Aleutian, Baía de Hudson e partes do Oceano Atlântico Norte incluindo o Mar Labrador (AMAP Assessment Report, 1998). Por outro lado, tendo como base a temperatura, a região pode também ser definida como a área a norte da linha isotérmica dos 10°C do mês de julho (AMAP Assessment Report, 1998). Seguindo o critério da vegetação, é possível uma outra delimitação, denominada Linha das Árvores (*Treeline*), que consubstancia o limite norte para além do qual as árvores não crescem, devido ao *permafrost* (AMAP Assessment Report, 1998).

Na nossa análise equacionamos a área do Círculo Ártico no sentido restrito, focando a nossa atenção apenas nos interesses e ações dos EC do Oceano Ártico: Rússia, EUA, Canadá, Dinamarca e Noruega “(...) *pela proximidade e pela história genética que os associa à região em que geograficamente estão localizados*” (Balão, 2015:44).

Figura 1- Fronteiras do Ártico



Fonte: AMAP Assessment Report, 1998

Figura 2- Linha das Árvores



Fonte: AMAP Assessment Report, 1998

1. Breve contextualização histórico-evolutiva

O Ártico, como região geográfica, surge frequentemente no imaginário global como um lugar periférico, inóspito e longínquo. Le Mière e Mazo referem que: "[F]rom a global perspective, the Arctic has been a geographical, cultural and imaginal periphery (...)" (2013a:19). A distância e as circunstâncias que separavam a região dos mais importantes centros populacionais e políticos contribuiu para esta conceção do Ártico como região remota, sendo que "[F]or centuries the Arctic to the north of the continental landmasses was primarily a place for adventurers and visionaires, who only occasionally succeeded in attracting more than the superficial attention of those in power" (Tamnes; Holtsmark, 2014:14).

A exploração do Ártico, mesmo face às dificuldades de acessibilidade inerentes à sua caracterização geográfica natural, não é um fenómeno recente, uma vez que expedições ao pólo norte da Terra têm sido feitas sistematicamente ao longo dos séculos. Segundo a *National Geographic*, a exploração do Ártico por povos europeus e asiáticos começou nos anos 900, com os Vikings, que povoaram o norte da Escandinávia e a Islândia (National Geographic, s/d). Já nos anos 1600, exploradores russos navegaram a Rota do Nordeste, bem como a Sibéria ártica, eventualmente atravessando o Estreito de Bering (idem). De facto, no século XVIII, as variadas expedições polares russas financiadas pelo Estado culminaram na descoberta do Alasca e na extensão do comércio de peles da Rússia em direção ao sul da costa norte americana, chegando mesmo até à Califórnia (Le Mière; Mazo, 2013a). É particularmente notável a valorização dos exploradores polares que se verifica na sociedade russa já desde essa altura, sendo algo que poderá estar vinculado a uma “identidade nórdica”. Alena Vieira, neste contexto, refere que: "[A]s declarações relativamente à 'conquista do Norte', que existem na memória coletiva russa, correspondem às expectativas da população russa relativamente à necessidade de uma política externa mais assertiva, que anuncia defender os interesses da Rússia enquanto a 'Grande Potência Ártica'." (2014:294)

A exploração do Ártico passou, no entanto, a focar-se muito mais em fatores energéticos e associados à exploração de minérios raros e/ou valiosos que, por sua vez, estão necessariamente relacionados com fatores económicos, do que propriamente nas expedições científicas que eram características do início do século XX. Assim, e apesar

dos obstáculos naturais que sempre condicionaram a exploração da região, os russos começaram a exploração energética com a extração de petróleo e gás natural por volta das décadas de '60 e '70 na faixa noroeste da Sibéria (Leal, 2014).

A região ártica, tendo vindo a consolidar-se como importante região geopolítica, estava evidentemente conectada com os interesses dos atores com presença e atuação na região e, como tal, a sua importância variou ao longo dos tempos consoante os propósitos e as finalidades que lhe eram atribuídas, como será possível verificar pela breve análise histórico-evolutiva que se tem vindo a desenvolver. Neste sentido atente-se nas palavras de Nicholas Spykman: "*[I]t must also be remembered that special "geopolitical" regions are not geographic regions defined by a fixed and permanent topography but areas determined on the one hand by geography and on the other hand by dynamic shifts in the centers of power. This means that the struggle for power itself will bring certain areas into prominence, push others into temporary oblivion, and lead to the expansion or contraction of specific areas under consideration*" (1969:6).

Assim, nos finais do século XX, e não obstante a crescente importância económica que foi adquirindo ao nível da exploração de recursos, a região do Ártico tornou a "remodelar-se" e primou, desta vez, pela sua importância estratégica. Note-se aqui que, uma região geográfica para ter interesse geopolítico e geoestratégico tem de possuir elevada importância política, económica, social, etc., para que os Estados estejam dispostos a agir, fazendo uso da força se necessário, para defender os seus interesses nacionais (Sachetti, 1990). Foi precisamente no contexto da Guerra Fria que a região polar se consolidou como uma região geoestratégica de relevo, devido ao papel desempenhado no âmbito da estratégia de dissuasão nuclear e de disputas de poder entre as duas superpotências, os EUA e a URSS. De facto, "*[N]a estratégia de dissuasão, o Norte foi o lugar ideal onde se cruzaram rotas planeadas dos bombardeiros de longo alcance e dos mísseis intercontinentais.*" (Vieira, 2014:274). Já Le Mièrre e Mazo referem que: "*(...) during the Cold War the use of submarines under the Arctic sea ice clearly reflected the now-entrenched military-strategic importance of the region*" (2013a:22). Era também no Ártico que se realizavam os testes de armamento da União Soviética, então no seu papel de potência nuclear, nomeadamente em regiões como Novaya Zemlya, Plesetsk e Nenok (Golts, 2013). Por outro lado, os EUA operavam na região também através da base aérea de Thule, localizada na Gronelândia. Segundo Sandra Balão, "*(...) a base desempenhou um papel central durante a Guerra Fria,*

constituindo um ponto de apoio global nas operações contra a então União Soviética (...)", sendo o "(...) ponto de reabastecimento dos bombardeiros norte-americanos de longo alcance que podiam ter que voar sobre o Pólo Norte em direcção à Rússia (...)" (2015:70).

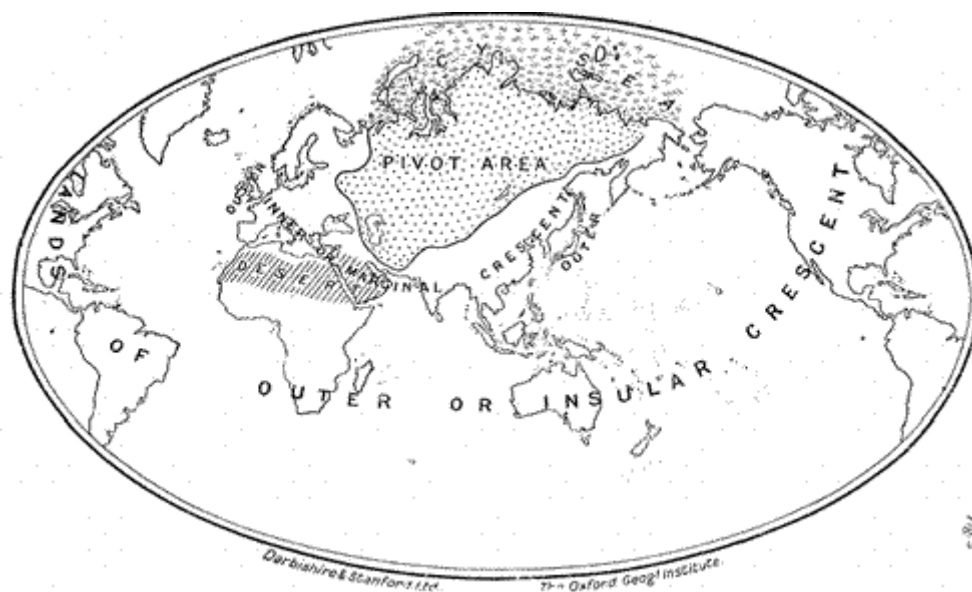
Neste sentido, o papel do Ártico na Guerra Fria moldou a caracterização da região em termos militares e estratégicos, caracterização essa que persistiu até ao fim do conflito e à dissolução da URSS.

2. O Ártico nos estudos geopolíticos

Em termos de estudos no âmbito da Geopolítica, o Ártico permaneceu relativamente "ignorado", não lhe tendo sido atribuída particular relevância quer política, económica, social ou estratégica que justificasse um estudo mais aprofundado. Ao longo do tempo o Ártico foi sendo referido nas teses de teorizadores geopolíticos de forma superficial, maioritariamente devido às suas condições geográficas naturais, que condicionavam o acesso por via marítima à grande massa terrestre do continente euroasiático, que Mackinder viria a apelidar de *Heartland* (terra-coração).

De facto, Halford J. Mackinder (1861-1947), na sua tese inicial de 1904 sobre o *pivot* geográfico da História, faz referência à "Área Pivot" que engloba a Eurásia, na qual se insere a Rússia, que assume uma posição estratégica central, sendo que: "(...) *[P]ode atacar por todos os lados e ser atacada por todos os lados, exceto do norte*" (Mackinder, 2008:324). Do mesmo modo, na sua teoria revista e publicada em 1943, considerou que, devido às dificuldades de navegação dos mares gelados no norte do *Heartland*, uma invasão através desta vasta área coberta de gelo era praticamente impossível face ao sistema defensivo da URSS, o que se apresentava como uma importante vantagem estratégica (Mackinder, 1943). Nas palavras de Mackinder: "(...) *she (Soviet Union) will be the Power in the strategically strongest defensive position. The Heartland is the greatest natural fortress on earth*" (1943:601).

Figura 3 – Representação da “Área Pivot” e os Crescentes Marginal Interior e Insular Exterior de Mackinder



Fonte:

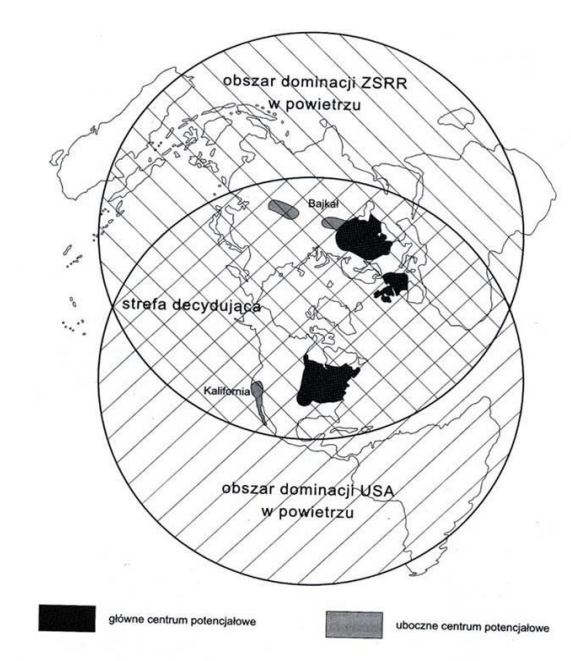
http://www.exploringgeopolitics.org/publication_boon_von_ochssee_timothy_mackinder_and_spykman_and_the_new_world_energy_order/

Também Nicholas Spykman (1893-1943), ao considerar que as realidades geográficas exercem controlo sobre a política mundial e que o acesso ao mar devia ser impedido aos poderes continentais (Almeida, 2012), conferiu importância ao Ártico pelo seu ambiente inóspito e consequente inexpugnabilidade da região do *Heartland*: *"The fact remains, however, that the Polar Mediterranean and its surrounding territory represent the greatest inhospitable area on the surface of the globe"* (Spykman, 1969:56). No entanto, e apesar de reconhecer a importância do advento do poder aéreo no que diz respeito à circulação através do Oceano Ártico, e da curta distância que liga os Estados Unidos ao "Velho Mundo" do continente europeu, Spykman considera que, à época, a importância estratégica da região ártica era relativamente baixa: *"[T]he Arctic Ocean, on the other hand, has functioned primarily as a barrier to communication between the two hemispheres. The search for the northwest passage has inspired heroic deeds of exploration and endurance in the polar regions of the globe, but climate and*

the limits of technology have, until recently, kept that area one of the most insurmountable obstacles to man's conquest of the earth's surface" (1969:17).

Assim, foi Alexander de Seversky (1894-1974), oficial norte-americano e estrategista, que com a sua teoria do poder aéreo, revelou a importância do Ártico. Segundo um discurso proferido na *Southern Illinois University*, de Seversky referiu que: "[A]ir power, I maintain, is the ability of a nation to assert its will via the air medium. The military instrument by which a nation applies its air power is an air force." (1956:42). Seversky demonstrou que era na região polar que os EUA e a URSS se encontravam mais próximos, pelo que o Ártico seria o palco da disputa do poder aéreo entre o Hemisfério Ocidental e o Oriental (Leal, 2014). Por forma a demonstrar esta concepção estratégica, de Seversky criou um mapa no qual ilustrou as áreas correspondentes às hegemonias americana e soviética, consubstanciadas no interior de dois círculos de 9000km que englobam, cada um, os EUA e a URSS, sendo possível notar a existência de uma área de sobreposição que corresponde à "área de decisão" no Ártico (Dias, 2005).

Figura 4 – Área de decisão de Seversky



Fonte: <http://geopolityka.net/arktyka-i-geopolityka/>

3. O Ártico no século XXI

No virar do milénio, e com o fim da Guerra Fria, a região do Ártico primou pelo clima de estabilidade e segurança, o que abriu caminho para a cooperação entre os atores da região. A região ártica perfila-se, assim, ainda hoje, como uma zona de cooperação e interação pacífica de Estados e OI (Offerdal, 2014; Rasmussen, 2015; Voronov, 2012).

A criação do CA em 1996 através da Declaração de Ottawa é o epítome desta premissa de cooperação e interdependência, ao configurar um fórum de debate de assuntos pertinentes para a região, maioritariamente ligados a questões de *soft security*. O conceito de "*soft security*" diz respeito a questões que se afastam do carácter fortemente militar da tradicional "*hard security*", que caracterizava os discursos e políticas no contexto da Guerra Fria, e que estão intimamente relacionadas com a evolução do conceito de segurança e das próprias ameaças que assumem hoje um carácter cada vez mais transnacional. São ameaças que deixam de ser puramente militares e passam a desenvolver-se também no contexto civil, como a cibersegurança.

No Ártico, em particular, importa destacar a proteção do meio ambiente, a minimização das consequências do aumento da atividade humana na região através de, por exemplo, medidas de prevenção sobre derrames petrolíferos e a coordenação de exercícios de busca e salvamento, assim como a promoção do desenvolvimento sustentável. O CA é precisamente "(...) *the leading intergovernmental forum promoting cooperation, coordination and interaction among the Arctic States, Arctic indigenous communities and other Arctic inhabitants on common Arctic issues, in particular on issues of sustainable development and environmental protection in the Arctic*" (Arctic Council, s/d).

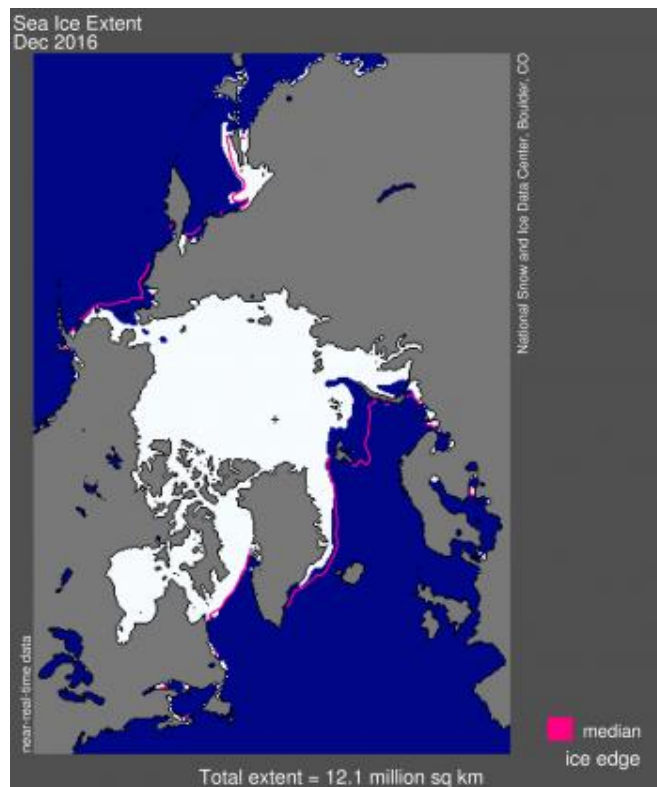
Desde a criação do CA até aos dias de hoje, a região tem consolidado um lugar de relevo no espectro de interesses da SI. Olga Krasnikova afirmou que: "[T]he end of the 19th century and the first third of the 20th century marked a peak of interest in the Arctic. This interest was both scientific and pragmatic, often associated with the achievement of political goals." (2016, s/p). Esta é uma premissa interessante do ponto de vista da análise, uma vez que se pode facilmente estabelecer um paralelismo com a realidade atual, sendo, na nossa perspetiva, possível afirmar que as primeiras décadas do século XXI representam um novo "pico de interesse" sobre o Ártico, marcado,

principalmente, pela implantação da bandeira de titânio russa no subsolo do Pólo Norte em 2007 e pelas consequências das alterações climáticas que, como referimos anteriormente, têm revelado o enorme potencial económico e energético da região e possibilitado uma abertura da mesma sem precedentes.

No seu estudo sobre a identificação de áreas de desenvolvimento num Ártico cada vez mais "quente", Eliasson, Ulfarsson, Valsson e Gardarsson, demonstram, através da utilização de "megapadrões", que o aquecimento global está a tornar o Ártico numa região cada vez mais acessível o que, associado aos desenvolvimentos tecnológicos, culmina na movimentação de cada vez mais pessoas e atividades em direção à região ártica (Eliasson et al., 2016).

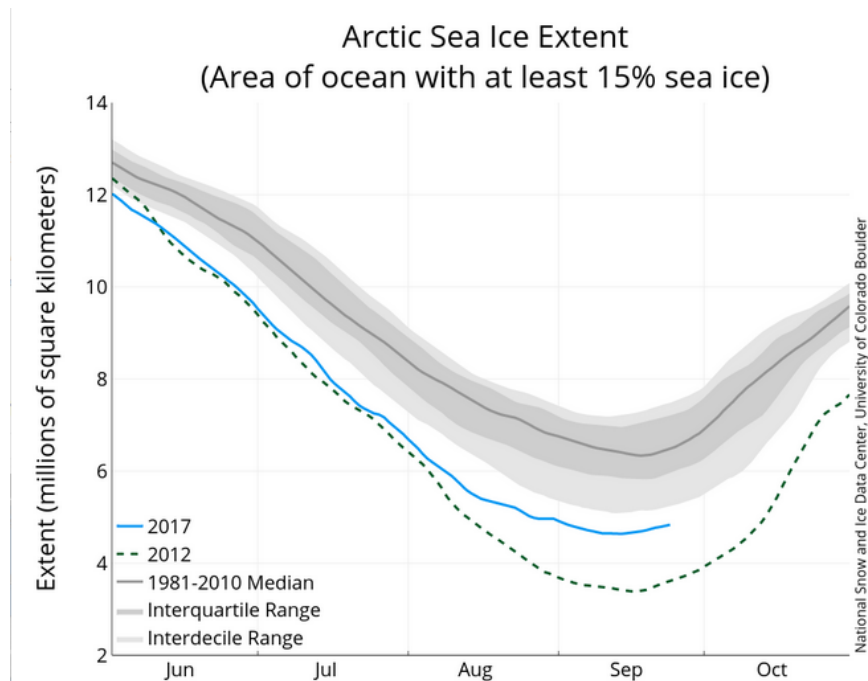
Nos últimos anos, temos vindo a assistir a uma progressiva redução do gelo marinho na região do Ártico e os dados que têm sido recolhidos são deveras alarmantes. Segundo a *National Snow & Ice Data Center*, a extensão de mar coberto de gelo em 2016 ficou reduzida a níveis recorde, igualando 2007 com o segundo valor mais baixo registado (NSIDC, 2016). A par desta redução do gelo marinho, observa-se o aumento da temperatura do ar no Ártico, a uma velocidade que corresponde ao dobro da que se verifica no que se refere ao aumento das temperaturas globais (Arctic Report Card, 2016). Este fenómeno dá origem ao degelo do *permafrost* (ou solo permanentemente gelado) que, por ser rico em carbono, quando derrete é uma fonte de dióxido de carbono e metano (idem), gases conducentes ao efeito de estufa, que contribuem para a aceleração do aquecimento global.

Figura 5 – Extensão de mar coberto de gelo em dezembro de 2016 em comparação com a média de 1981-2010 (linha rosa)



Fonte: NSIDC, 2016

Figura 6 - Extensão de mar coberto de gelo em 2017



Fonte: NSIDC, 2017

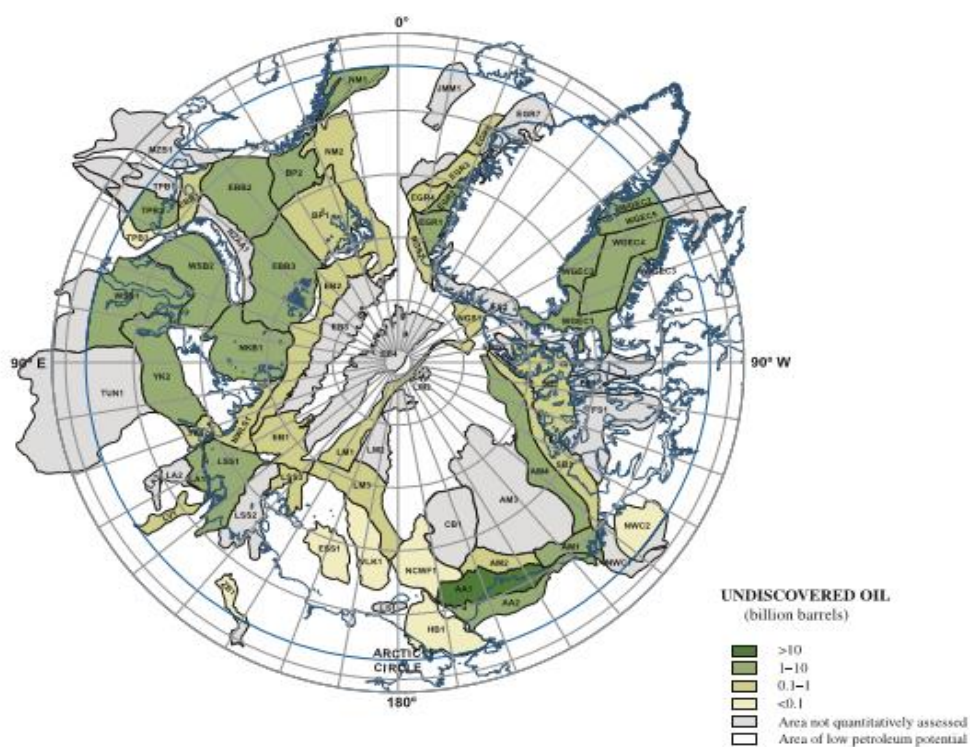
Estas alterações traduzem consequências que se fazem sentir em vários domínios, quer seja ao nível dos ecossistemas ou no que respeita às populações indígenas, que dependem do gelo marinho para a sua subsistência, nomeadamente através do transporte e caça (NSIDC, s/d). As alterações da geografia natural do Ártico geram, compreensivelmente, preocupações ao nível ambiental e têm, cada vez mais, atraído a atenção não só de cientistas e ambientalistas, mas igualmente dos líderes mundiais, fruto também, do aumento da consciencialização das consequências das alterações climáticas ao nível global. Assim, e devido ao fenómeno da globalização, os acontecimentos, mudanças e transformações que se verificam na região polar afetam, em graus diferenciados, o resto do mundo. Sandra Balão, neste sentido, afirma que *"[A]través do povoamento da Terra, dos grandes êxodos da história da humanidade, das invasões e conquistas, das rotas de comércio, da indústria, dos transportes, ou da degradação ambiental dos espaços comuns globais, as repercussões do movimento da globalização alcançam, embora de forma diferenciada, todos os "cantos" do planeta"* (2014:155). A este respeito, atente-se igualmente nas palavras do Professor Adriano Moreira: *"[O] mundo tende para a unidade e caracteriza-se pela planetização dos fenómenos políticos. Deixou de haver regiões, povos, governos ou acontecimentos indiferentes para o resto da Humanidade."* (1996:17).

Ainda assim, são precisamente as alterações climáticas, em particular o aquecimento global, que revelam o potencial energético e económico da região o qual parece traduzir-se, em primeiro lugar, na possibilidade de ali existirem grandes reservas de petróleo e gás natural, bem como de recursos minerais valiosos. Em 2008, o *U.S. Geological Survey* (USGS) publicou um relatório no qual se revelava que o Ártico possui 22% dos recursos tecnicamente recuperáveis ainda por descobrir do Mundo, com estimativas de 13% de reservas de petróleo, 30% de gás natural e 20% de gás liquefeito, na sua maioria em zonas *offshore* (USGS, 2008), ilustradas nas figuras 7 e 8.

No estudo de Eliasson e outros, os autores referem que a área do Ártico que pressupõe um desenvolvimento mais significativo é a que se localiza em redor do Mar de Barents, no interior da ZEE da Rússia, devido à grande concentração de recursos e à existência de uma profundidade oceânica relativamente baixa que, conjugada com uma menor concentração de gelo, torna esta área a menos perigosa da Rota do Nordeste (Eliasson et al., 2016). Assim, para a Rússia, os ganhos tendem a ser significativos, com

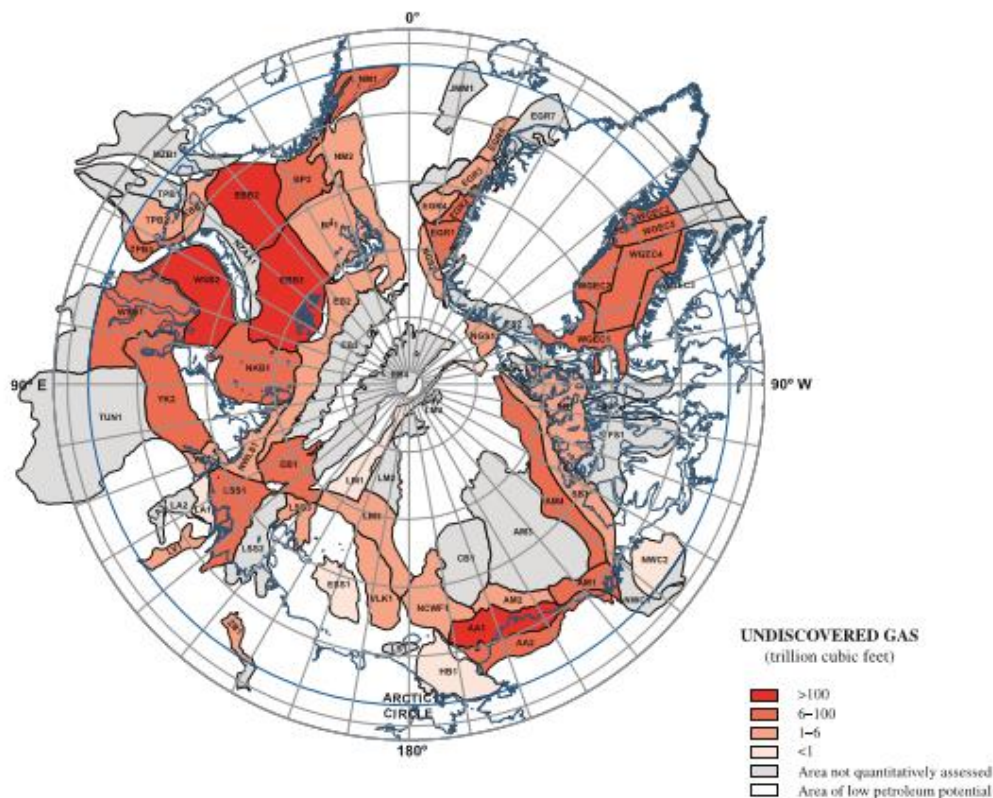
estimativas de até 10 trilhões de toneladas de depósitos de hidrocarbonetos na região, o que equivale a 73 trilhões de barris de petróleo (Cohen, 2011).

Figura 7 – Reservas de petróleo por descobrir no Ártico



Fonte: Gautier et al., 2009

Figura 8 – Reservas de gás natural por descobrir no Ártico



Fonte: Gautier et al., 2009

Em segundo lugar, o já referido degelo das camadas de *permafrost* está a tornar o Ártico gradualmente mais navegável, com períodos de circulação e navegação cada vez mais prolongados nos meses de Verão (Balão, 2016), o que nos leva a fazer referência a alterações, também, geográficas. Desde 2010, a Rota do Nordeste tem registado níveis de atividade marítima cada vez mais elevados, uma vez que as suas águas têm estado consistentemente livres de gelo durante os últimos meses de Verão e tem sido possível, inclusivé, transitar nesta rota com a ajuda e escolta de navios quebra-gelo até ao mês de novembro (Maritime Executive, 2014). Mesmo nos meses de inverno, a navegação está a tornar-se mais frequente, de que é demonstrativa a viagem realizada por navios russos, que percorreram uma parte da Rota do Nordeste, partindo do Estreito de Bering no dia 21 dezembro de 2016 e alcançando a Baía Ob no mar de Kara a 3 de janeiro de 2017 (Arctic-Info, 2017).

O degelo viabiliza, desta forma, a abertura da Passagem Noroeste e da Rota do Nordeste, como rotas de navegação que abrem novas possibilidades no que toca ao tráfego marítimo trans-Ártico, uma vez que reduzem o tempo de transporte e os custos

associados quando comparadas com os canais do Suez e do Panamá (Dadwal, 2014). De facto, ao nível do tempo de transporte, a Rota do Nordeste reduz a viagem do Atlântico ao Pacífico em quase 5,000 milhas náuticas (Rasmussen, 2015). A abertura destas “novas” rotas marítimas consolida, deste modo, um aumento exponencial ao nível do comércio internacional e do turismo, a par com o aumento da atividade humana na região, que exige maior regulamentação e colaboração entre os EC, particularmente no que diz respeito a capacidades de busca e salvamento.

Figura 9 – Rotas Marítimas do Ártico



Fonte: http://www.lib.utexas.edu/maps/cia16/arctic_ocean_sm_2016.gif

O certo é que a combinação de fatores ambientais, energéticos, económicos e de circulação, reforça a importância estratégica da região, catapultando-a para uma posição de relevo nas agendas políticas dos EC que, sensivelmente a partir de 2008, começaram a elaborar e divulgar as respetivas estratégias nacionais para a região. No entanto, e

apesar de não se englobar no nosso objeto de estudo, não podemos deixar de referir que este interesse não se restringe apenas aos EC, abrangendo e atraindo atores geograficamente distantes. Sandra Balão remete-nos neste sentido ao afirmar que não podemos deixar de ter presente o papel de atores como o Japão, a China ou a Índia que “(...) *longe de poderem ou deverem ser negligenciados devem ser considerados muito seriamente nesta nova equação do poder que se desenha no mundo do círculo polar ártico (...)*” (Balão, 2015:46).

É importante referir esta presença de atores externos à região dado que a mesma vem reforçar a importância do Ártico em termos globais, contribuindo para alterar a percepção aparentemente generalizada de que se trata de uma região remota sem qualquer influência sobre o SI.

Capítulo II - O Ártico e a Rússia

As mudanças na geografia e, consequentemente, na geopolítica da região do Ártico que explorámos no capítulo anterior, assumem um carácter ainda mais interessante se analisados na perspetiva do Estado com maior território na região: a Rússia. Do mesmo modo, torna-se compreensível que a Rússia procure desenvolver e aumentar as suas capacidades de atuação e presença na região. É possível associar essa intenção às condições geográficas da Rússia que tornam o Norte a sua maior fronteira e que, consequentemente, sempre situaram o Ártico na sua esfera natural de influência. Neste sentido, o Presidente Putin afirmou, numa das reuniões do Conselho de Segurança da Federação, que: *"[T]his region has traditionally been a sphere of our special interest. It is a concentration of practically all aspects of national security - military, political, economic, technological, environmental and that of resources."* (President of Russia, 2014).

Figura 10 – Projeção polar do território russo

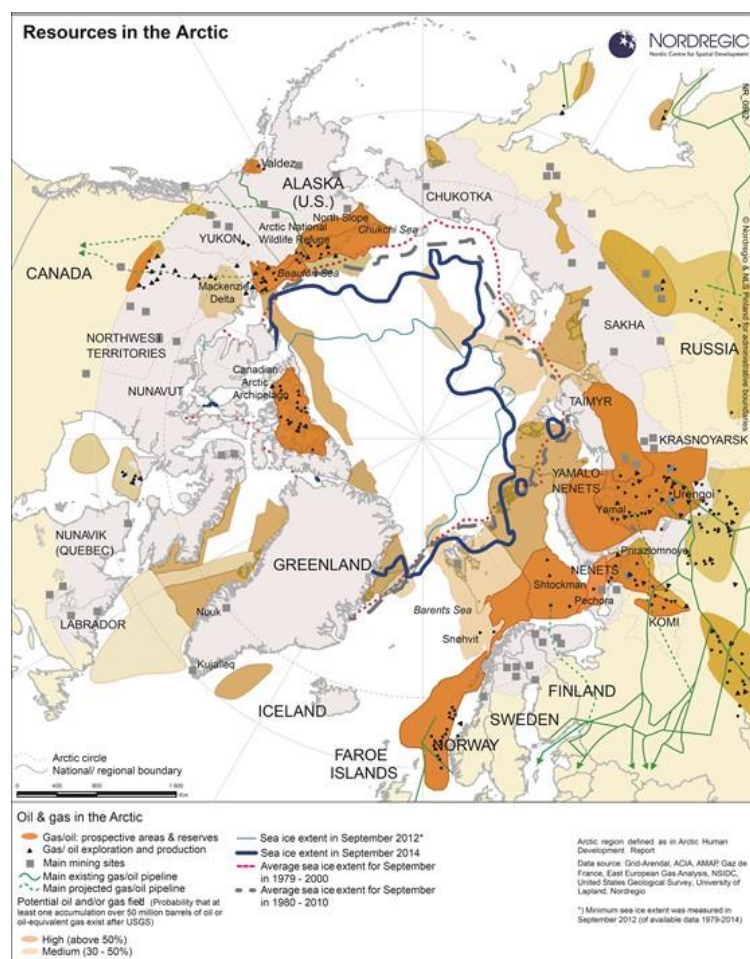


Fonte: <http://www.guiageo-europa.com/mapas/russia.htm>

1. Os recursos energéticos

Como anteriormente já houve oportunidade de referir, reforçamos o facto de que o degelo provocado pelas alterações climáticas deixou antever o potencial energético e económico da região do Ártico, que foi dado a conhecer através do relatório publicado pelo USGS em 2008. Com estimativas de que 22% dos recursos tecnicamente recuperáveis ainda por descobrir do Mundo se encontram no Ártico, nomeadamente 90 milhões de barris de petróleo, 1,669 triliões (m3) de gás natural e 44 biliões de barris de gás liquefeito (USGS, 2008), os ganhos apresentam-se diferentes para cada um dos EC.

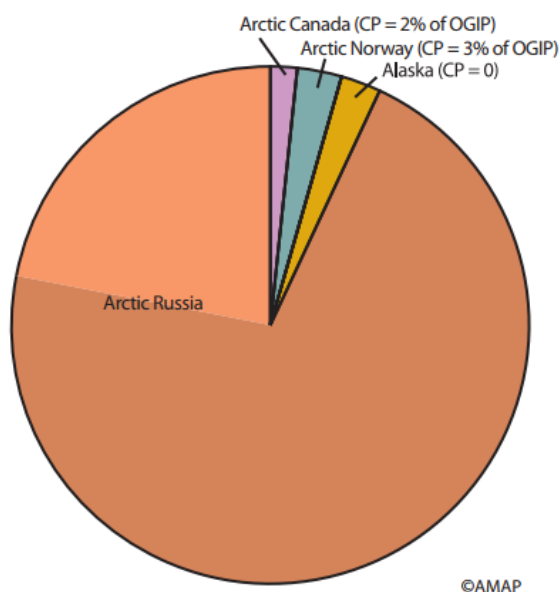
Figura 11 – Petróleo e Gás Natural no Ártico



Fonte: Nordregio, 2015

A Rússia surge como o principal beneficiado, uma vez que a maioria dos depósitos de hidrocarbonetos por descobrir no Ártico se encontram no seu território, especialmente no que diz respeito ao gás natural ainda por descobrir que é "(...) *three times more abundant than oil in the Arctic and is largely concentrated in Russia*" (Gautier et al., 2009:1175). De facto, a Rússia detém os maiores volumes de reservas de hidrocarbonetos “em estado bruto” no Ártico [*original gas in place (OGIP)* e *original oil in place (OOIP)*], bem como as maiores percentagens de produção cumulativa¹ em comparação com os restantes EC (Oilfield Glossary, s/d).

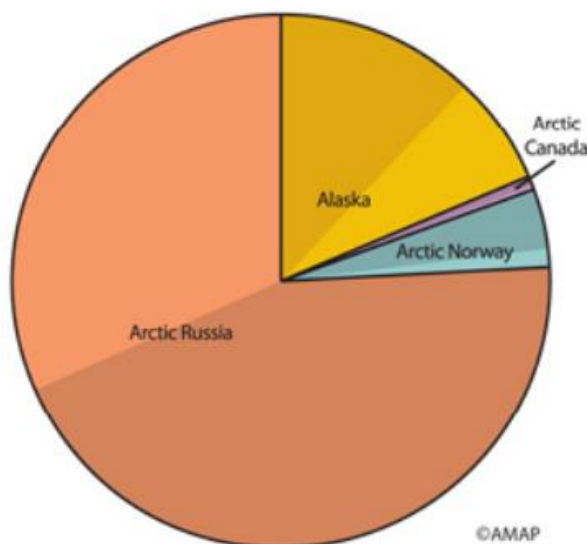
Figura 12 – Reservas originais de gás natural [*original gas in place (OGIP)*] nos territórios árticos dos quatro países produtores e a produção cumulativa até à data (indicada pela % ou parte mais clara da figura)



Fonte: AMAP, 2010. <http://www.amap.no/documents/doc/pie-charts-showing-original-gas-in-place-in-the-arctic-areas-of-the-four-arctic-producing-countries/695>

¹ Produção cumulativa diz respeito à quantidade total de petróleo e gás natural recuperados de uma reserva até uma determinada altura. Neste caso, os gráficos 12 e 13 ilustram a produção cumulativa dos quatro países produtores do Ártico até 2010. Ver *Oilfield Glossary* para mais definições associadas a este conceito e tema, disponível em: http://www.glossary.oilfield.slb.com/Terms/c/cumulative_production.aspx

Figura 13 – Reservas originais de petróleo [original oil in place (OOIP)] nos territórios árticos dos quatro países produtores e a produção cumulativa até à data (indicada pela % ou parte mais clara da figura)



Fonte: AMAP, 2010. <http://www.amap.no/documents/doc/pie-charts-showing-original-oil-in-place-in-the-arctic-areas-of-the-four-arctic-producing-countries/689>

A Estratégia da Rússia para o Ártico de 2013 enfatiza a importância da região para a economia russa, sendo um dos seus principais objetivos transformar o Ártico russo na principal base estratégica e de recursos da Federação, de modo a possibilitar o cumprimento dos objetivos socioeconómicos associados ao crescimento nacional (IECCA, 2013). De facto, num discurso proferido no Conselho de Segurança da Federação Russa em 2014, o Presidente Putin fez referência a estimativas de que as reservas energéticas da seção russa do Ártico excedessem as 1.6 triliões de toneladas (President of Russia, 2014) o que, a confirmar-se, faz com que os recursos do Ártico russo constituam a maior parte das reservas de hidrocarbonetos deste país.

A exploração energética no Ártico tem um papel preponderante na modernização geral da Rússia, uma vez que o sector energético se apresenta como o mais competitivo e mais propício a gerar recursos financeiros para esse efeito (Aalto, 2016). Segundo o Presidente Putin a região do Ártico contribui em cerca de 11% para as receitas estatais e constitui até 22% das exportações russas (President of Russia, 2017).

Bobo Lo remete-nos, igualmente, para o facto de que "[T]he maximization of gas resources is useful also in enhancing Russia's image as an economically developed and powerful nation" (2004:64). Assim, o sector energético reveste-se de uma importância crucial para o Governo de Moscovo, não só em termos de receitas económicas, mas também ao nível da projeção e/ou manutenção da imagem da Rússia como grande potência.

É de realçar, no entanto, que a exploração energética no Ártico encontra vários obstáculos, associados também à própria geografia natural da região. Mesmo com a crescente acessibilidade do Oceano Ártico, a extração de petróleo e gás natural, principalmente em zonas *offshore*, e o respetivo transporte continuam condicionados pela falta de infraestrutura apropriada e de meios técnicos, nomeadamente tecnologia energética mais avançada e pelos custos elevados que envolvem as operações de exploração no ambiente inóspito do Ártico (Aalto, 2016; Le Mière; Mazo, 2013b).

Neste sentido, e se tiver em conta que, numa perspetiva de médio-longo prazo, a Rússia deverá explorar os recursos energéticos do Ártico, localizados em zonas *offshore*, por forma a manter o rendimento energético (Aalto, 2016), deduz-se que terá que se verificar uma grande aposta na modernização tecnológica para que seja possível aceder a esses recursos. De facto, na sua Estratégia, a Rússia reconhece que a falta de recursos técnicos e capacidades tecnológicas para o desenvolvimento e uso das áreas e recursos do Ártico representa um fator de risco/ameaça que caracteriza e condiciona o estado atual do desenvolvimento social e económico do Ártico russo. Não é de estranhar, portanto, que a modernização seja um dos objetivos estabelecidos no âmbito daquele documento, surgindo consubstanciada precisamente no desenvolvimento da ciência e tecnologia e na construção de infraestrutura moderna de informação e telecomunicações (IECCA, 2013).

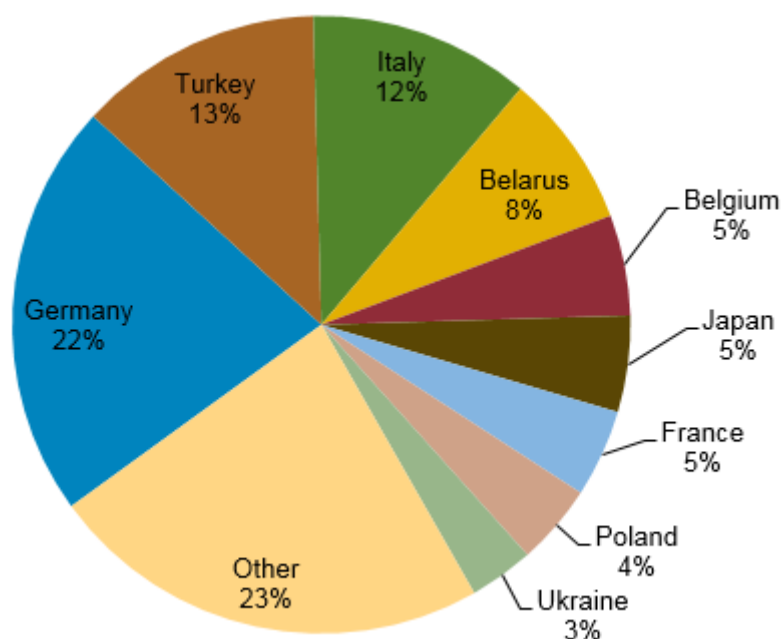
Assim, ao mesmo tempo que procura desenvolver os seus esforços no sentido de melhorar as infraestruturas que possibilitam a exploração e extração energética, a Rússia tem necessidade de cooperar com parceiros internacionais por forma a beneficiar da contribuição dos mesmos ao nível tecnológico e de financiamento (Voronov, 2012). Esta premissa encontra-se também evidenciada na Estratégia russa, na qual se esclarece que a cooperação com parceiros internacionais é necessária para o desenvolvimento económico e social do Ártico russo através do financiamento de projetos na região (IECCA, 2013).

Pami Aalto nota, na sua investigação, que os investimentos financeiros e tecnológicos por parte das empresas ocidentais nos projetos energéticos no Ártico russo sofreram grandes ruturas devido à crise da Ucrânia a partir de 2014 com a anexação da Crimeia, que o autor atribui às prioridades definidas pela Rússia na concretização dos interesses nacionais no âmbito da PE (2016).

Por outro lado, a exploração energética e consequente fornecimento ao mercado está sujeita às flutuações nos preços dos hidrocarbonetos no mercado global. Segundo a *U.S. Energy Information Administration* (EIA) os baixos preços do petróleo têm afetado as receitas estatais provenientes da produção de petróleo e gás natural e condicionam a capacidade de investimento da Rússia em projetos com custos mais elevados, como é o caso da exploração *offshore* no Ártico (2016).

Em todo o caso, a procura por gás natural tende a permanecer elevada, principalmente nos mercados europeus, sendo o gás natural um dos recursos energéticos em rápida ascensão e uma alternativa viável face aos recursos mais poluentes (Simão, 2017). Neste âmbito, a Rússia encontra-se em vantagem, como principal fornecedor de gás natural para os mercados europeus (figura 14), com as vastas reservas da região do Ártico a desempenhar um papel fundamental na formação de receitas energéticas. De facto, em 2016, a Rússia manteve-se como o maior exportador de petróleo e gás natural do mundo, com um aumento das exportações petrolíferas na ordem dos 2.1% e das exportações de gás na ordem dos 6.1% (BP, 2017).

Figura 14 – Total de exportações de gás natural da Rússia por destino



Fonte: EIA, 2016

Importa, além disso, referir que a exploração *offshore* por implicar, como já se verificou, maiores dificuldades e custos, poderá demorar entre 15 a 20 anos a produzir resultados e fornecimentos tangíveis (Council on Foreign Relations, 2017), pelo que se trata de um investimento a longo prazo que poderá não se traduzir em aparentes resultados imediatos. Justifica-se, assim, que a Rússia continue a investir nos seus interesses energéticos no Ártico, cujas reservas de petróleo e gás natural, tenderão a assumir uma relevância global cada vez maior e exacerbada pela crescente acessibilidade da região.

2. A Rota do Nordeste

A possibilidade de abertura das Rotas do Ártico durante períodos cada vez mais longos deixou, há muito, de ser apenas uma hipótese. O rápido degelo que se tem verificado nos últimos anos permite perspetivar uma Rota do Nordeste com muito mais atividade marítima e, consequentemente, maior atividade comercial. De facto, em 2014,

a Administração russa responsável pela Rota do Nordeste, recebeu mais de 600 pedidos de autorização de trânsito através daquela Rota (Maritime Executive, 2014).

Para a Rússia, em particular, a Rota do Nordeste apresenta-se como forma de escoamento para as suas grandes reservas de gás natural e petróleo (Leal, 2014), e tem vindo a ser usada maioritariamente como passagem de navegação interna. Esta é uma premissa particularmente importante, porque ao considerar a Rota do Nordeste como parte integrante do seu território, a Federação reserva-se o direito de impor condições de navegabilidade e de aplicar taxas discriminatórias de passagem sobre embarcações estrangeiras, controlando toda a atividade marítima (Cohen, 2011).

Esta "reivindicação" da Rota do Nordeste como parte integrante do território russo é contestada por alguns atores internacionais, em particular os EUA, que entendem que partes das águas desta Rota se classificam como estreitos internacionais e, como tal, os navios estrangeiros usufruem do direito de livre passagem (Hoel, 2014). A Rússia prevê, na sua estratégia para o Ártico, a utilização e navegação internacional daquela Rota no âmbito da cooperação internacional e manutenção do Ártico como zona de paz, mas sempre sob a sua jurisdição e de acordo com os tratados internacionais de que faz parte (IECCA, 2013).

Apesar de, até à data, não se terem verificado conflitos e divergências maiores no respeitante às questões que envolvem a jurisdição da Rota do Nordeste, é necessário ter presente que o trânsito marítimo internacional naquela Rota era muito restrito e diminuto, devido às difíceis condições climáticas e de navegabilidade. No entanto, com sua abertura por períodos temporais cada vez mais alargados, a tendência será para o aumento da sua importância económica e estratégica, para a Rússia em particular, e para o resto do mundo no geral.

Neste sentido, e de modo a impulsionar e reforçar a Rota do Nordeste, a Federação criou um projeto extensivo para o seu desenvolvimento que, segundo consta do *site* oficial do Governo russo, " (...) *provides for measures to increase navigation, hydrographic and hydro-meteorological support for shipping along the Northern Sea Route, emergency and rescue operations at sea, the development of seaports, the maintenance of defense in the Northern Sea Route area and the development and construction of marine equipment, systems and assets.*" (The Russian Government, 2015). Já na Estratégia de 2013 se previa a transformação da Rota do Nordeste no "pilar" nacional de circulação da Federação através da modernização e desenvolvimento

da infraestrutura do sistema de transporte no Ártico, incluindo, igualmente: “[the] improvement of the legal framework of the Russian Federation in the state regulation of navigation on the waters of the Northern Sea Route, its security, tariff regulation services for icebreaking and other types of support, and the development of mechanisms of insurance, including compulsory (...)” (IECCA, 2013).

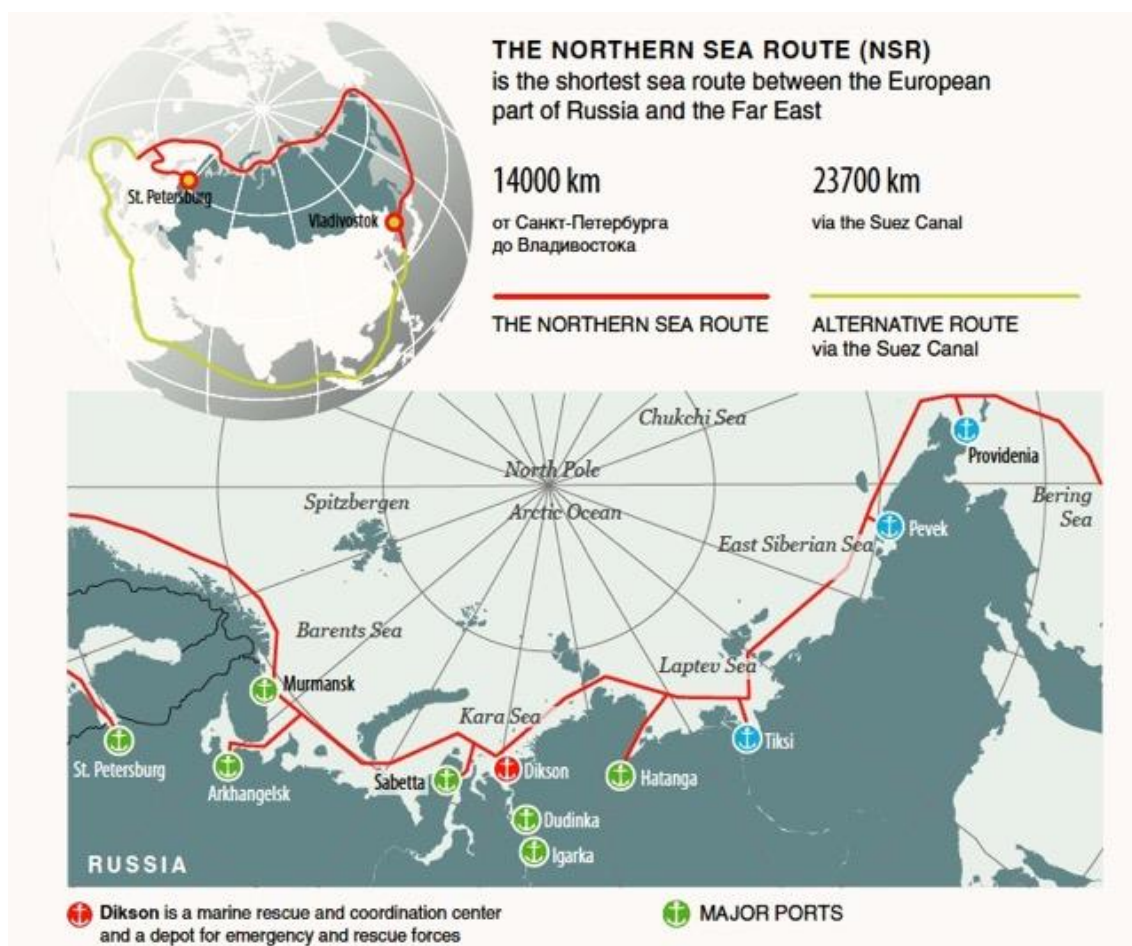
Um outro aspeto importante na equação do poder marítimo no Ártico e que não pode deixar de ser referido neste contexto, é a frota de navios quebra-gelo da Federação. De facto, trata-se da única frota deste tipo no mundo, atualmente constituída por cerca de 40 navios quebra-gelo, dos quais seis são nucleares. Antevendo-se a importância crescente da Rota do Nordeste, não é de surpreender que a Rússia esteja a desenvolver esta frota que, apesar do seu volume, está a tornar-se obsoleta e degradada. Para enfrentar essa limitação, estão já em construção onze navios quebra-gelo adicionais, três deles nucleares (Daily Mail, 2017; Foreign Policy 2017). Estes três novos quebra-gelo nucleares pertencem ao Projeto 22220, tendo sido lançado em junho de 2016 o quebra-gelo *Arktika* o maior e mais potente do género, com capacidade para navegar em mar aberto e águas pouco profundas, mas, mais importante, com capacidade para quebrar gelo com até três metros de espessura (RT, 2016; Sputnik News, 2016).

Navios deste tipo são, de facto, cruciais para navegar as águas geladas do Ártico que, não obstante estarem a tornar-se mais acessíveis, continuam a exigir a utilização de embarcações preparadas para navegar sob condições extremas e com capacidade para "abrir caminho" por entre os blocos de gelo.

A Rússia utiliza os seus navios quebra-gelo para dar assistência às embarcações comerciais que transitam pela Rota do Nordeste, tornando-os não só uma necessidade operacional, mas também uma fonte de rendimento (Council on Foreign Relations, 2017). De facto, com a possibilidade do aumento da circulação de navios civis e militares na região, a frota de quebra-gelos tenderá a assumir uma relevância estratégica crescente. O Primeiro Ministro Medvedev, no relato feito ao *State Duma* sobre o desempenho do Governo em 2016, fala num reavivar da frota de quebra-gelos nucleares, sublinhando a sua importância para a viabilidade da abertura da Rota do Nordeste, bem como para o desenvolvimento da região do Ártico (Russian Government, 2017).

As melhorias ao nível da navegação através do Oceano Ártico como consequência do degelo, aliadas ao reforço de infraestruturas, condições e meios da Rota do Nordeste, abrem possibilidades significativas no que toca ao comércio internacional. Como ilustra a figura 15, com a Rota do Nordeste cada vez mais acessível e transitável, pressupõem-se reduções significativas tanto ao nível do tempo de transporte, como ao nível dos custos, uma vez que a distância entre Shanghai e Roterdão através desta Rota, atravessando o Mar de Barents e as águas territoriais russas, é cerca de 20% mais curta do que a travessia através das águas congestionadas do Mar Mediterrâneo e do Canal do Suez (Dadwal, 2014).

Figura 15 – A Rota Nordeste em comparação com o Canal do Suez



Fonte: <http://freightweek.org/index.php/latest-news/90-government/2008-gac-and-russia-to-develop-northern-sea-route>

Esta é uma alternativa que beneficia particularmente a China, que vê nos recursos energéticos do Ártico russo, bem como no seu transporte através da Rota Nordeste, uma alternativa mais segura e viável, particularmente em relação ao Estreito de Malaca, um “*chockepoint*” sobre o qual tem pouco ou nenhum controlo e está sujeita a ruturas nos fluxos comerciais e particularmente nas importações petrolíferas devido ao terrorismo transnacional e pirataria que assolam a região (Zhang, 2011).

Como já verificámos anteriormente, desde a anexação da Crimeia em 2014, com a imposição de sanções económicas à Rússia por parte dos EUA e da UE, e a consequente instabilidade que tem pautado as relações entre estes atores, a diversificação dos mercados, nomeadamente, a procura de alternativas nos mercados asiáticos é relativamente atrativa para a Rússia. Este é um aspeto pertinente no contexto da abertura da Rota Nordeste ao tráfego internacional, uma vez que lhe confere importância acrescida como forma de escoamento dos recursos energéticos russos para além dos mercados europeus, auxiliando assim a tentativa de reduzir a dependência russa face às importações da UE.

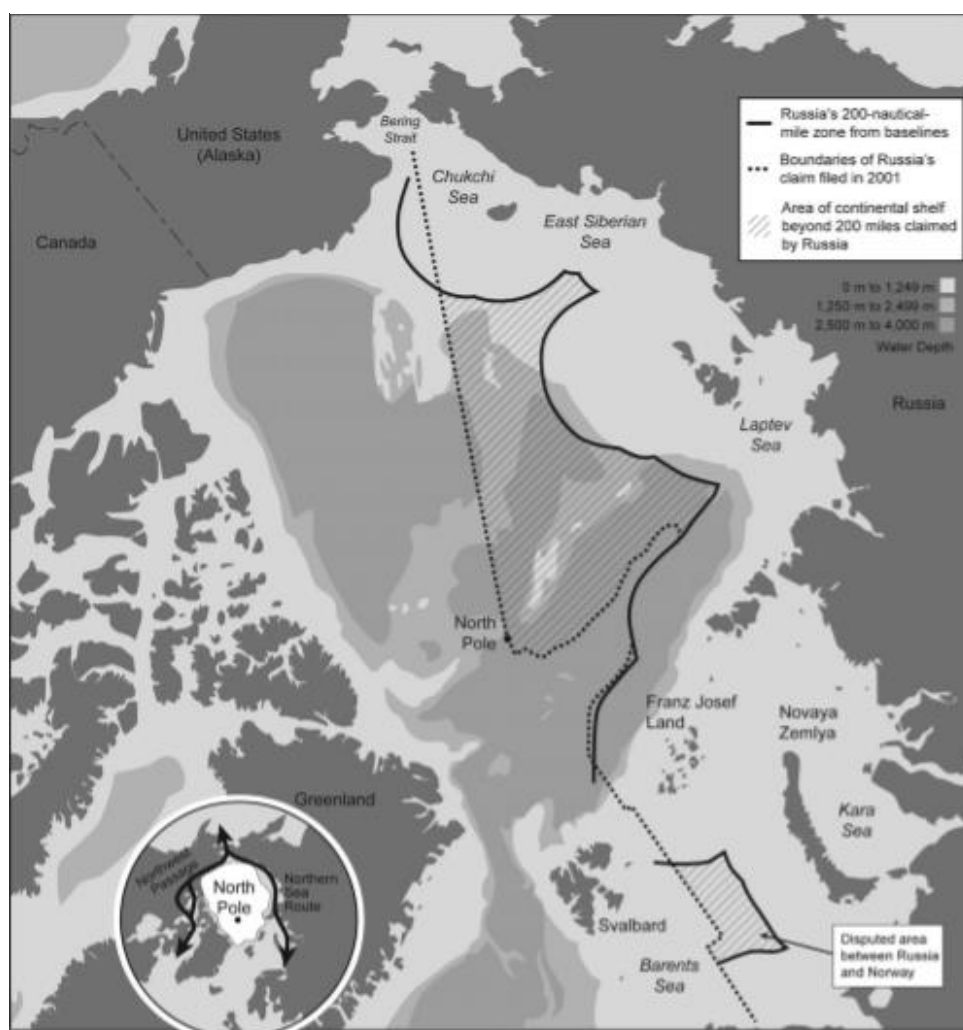
3. Disputas territoriais

A Rússia enfrenta várias questões legais por resolver na região (Offerdal, 2014) e que envolvem, não só, mas principalmente, disputas territoriais potenciadas precisamente pela cada vez maior acessibilidade dos recursos naturais e energéticos. Estas disputas materializam-se, nomeadamente, através dos pedidos de extensão da PC e das respetivas ZEE, no domínio da CNUDM.

A CNUDM é a base legal da ação dos EC do Ártico e como tal estabelece um modelo de ação comum entre eles, uma vez que todos, com exceção dos EUA (que neste caso consideram as disposições da Convenção como direito internacional consuetudinário), ratificaram o tratado da Convenção (Hoel, 2014). São as recomendações desta Convenção que ajudam a constituir o Ártico como um objeto de governança (Dodds, 2010), de maneira que a própria Rússia tem grande cuidado para agir sempre de acordo com essas mesmas recomendações (Offerdal, 2014).

Torna-se importante referir, igualmente, que os cinco EC assinaram, em 2008, a Declaração Ilulissat reafirmando a sua intenção de cumprir com as normas estipuladas pela CNUDM, no que ao Ártico diz respeito, como referem os autores Le Mière e Mazo: "[T]he effect of the Ilulissat Declaration was to more firmly cement the theme of peaceful collaboration among the Arctic states and the primacy of international law when dealing with sea-based disputes" (2013c:128). Esta foi também uma maneira de consolidar a soberania dos EC e de reforçar a capacidade de resolução de possíveis disputas e conflitos nos trâmites dos meios já existentes para esse fim, como a já referida CNUDM e o CA.

Figura 16 – A submissão da reivindicação russa de extensão da plataforma continental

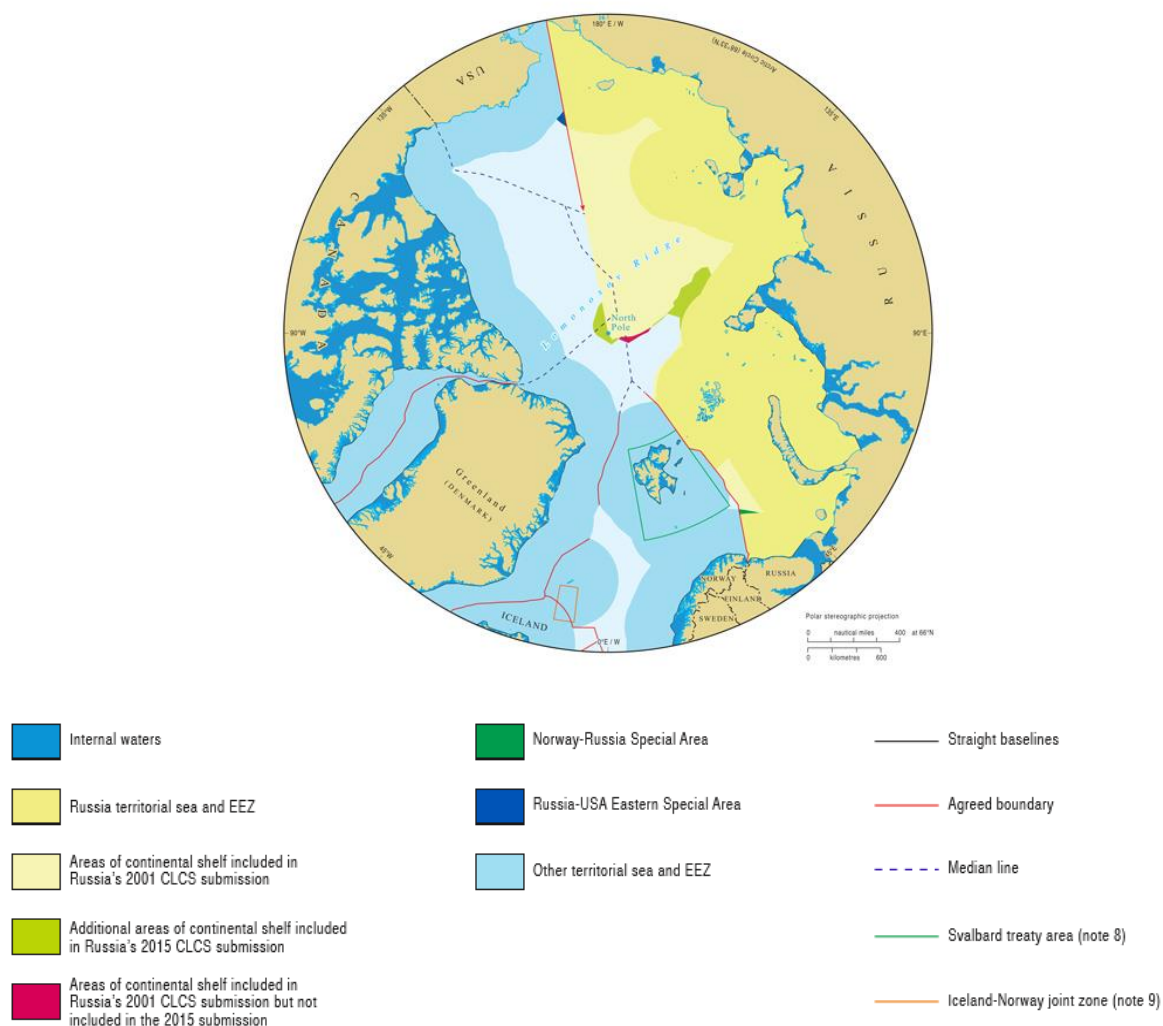


Fonte: Klaus Dodds, 2010: 67

A Rússia foi o primeiro país a fazer uma reivindicação territorial para além das 200 milhas náuticas da sua ZEE no âmbito da CNUDM com uma submissão inicial feita à CLPC em 2001, a qual continha detalhes sobre o Mar de Barents, o Mar de Bering, o Mar de Okhotsk e o Oceano Ártico Central (Dodds, 2010). Esta ação não obteve os resultados esperados pelos russos, uma vez que a CLPC considerou que os elementos geológicos recolhidos não eram suficientes para sustentar as reivindicações russas, sugerindo que a Rússia procedesse a uma nova submissão, com provas científicas mais substanciais (idem).

A nova submissão, parcialmente revista, da Rússia foi apresentada à CLPC em 2015 (Jensen, 2016) e evidencia ligeiras diferenças face à submissão inicial de 2001, ilustradas na figura 17.

Figura 17 – Reivindicações da Rússia no Ártico



Fonte: <https://www.dur.ac.uk/ibru/resources/arctic/>

É no contexto da busca de novos dados e elementos que, em 2007, uma expedição russa liderada pelo explorador polar Artur Chilingarov, composta pelo quebra-gelo nuclear *Rossiya* e pelo navio de investigação *Akademik Fedorov*, alcançou o Pólo Norte, marcando o acontecimento com a implantação de uma bandeira russa de titânio no subsolo (Baev, 2007). Esta expedição científica tinha precisamente como objetivo a recolha de amostras naturais que suportassem a reivindicação russa de extensão da PC através de uma nova submissão no âmbito da CNUDM (idem).

Esta ação por parte dos russos atraiu a atenção internacional para o Ártico pelo seu carácter provocatório e apresenta-se como a declaração de que o Ártico e, em

particular, o Pólo Norte, sempre foi russo (Rasmussen, 2015). Leal afirma que o cravar da bandeira serviu precisamente como projeção e demonstração de poder na zona polar (2014), o que vai ao encontro da anteriormente referida direção assertiva da PE da Rússia assumida na sequência da chegada de Putin ao poder em 2000. Ora, esta ação russa gerou reações de consternação nos líderes dos restantes EC, particularmente na voz do antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros canadiano Peter Mackay que afirmou que: "[T]his isn't the fifteenth century (...) You can't go around the world and just plant flags and say 'we're claiming this territory'." (BBC, 2007). De facto, este ato tem uma conotação quase imperialista, sendo o ato de cravar uma bandeira no solo uma prática recorrente na História como forma de marcar e assegurar território.

Note-se, neste contexto, que a reivindicação russa da extensão da PC até ao Pólo Norte, reclamando as cordilheiras de Lomonosov e Mendeleev, acrescentaria 1,2 milhões de km² à sua PC (Spears, 2015), o que lhe permitiria, assim, controlar uma área territorial relativamente mais extensa e assegurar o acesso às potenciais reservas de hidrocarbonetos existentes na região, o que não surpreende se se tiver em conta que cerca de 84% do petróleo e gás natural por descobrir no Ártico se encontra em zonas *offshore* (USGS, 2008).

A reivindicação territorial da Rússia choca com as do Canadá e Dinamarca, que submeteram igualmente os seus pedidos de extensão da PC para a mesma área do Pólo Norte (Balão, 2016). Os três Estados argumentam que as cordilheiras são extensões geológicas naturais dos seus territórios, sendo que todos procedem à recolha de dados geológicos para sustentar as suas reivindicações (Ebinger e Zambetakis, 2009).

Figura 18 – Fronteiras, Reivindicações e Infraestrutura no Ártico



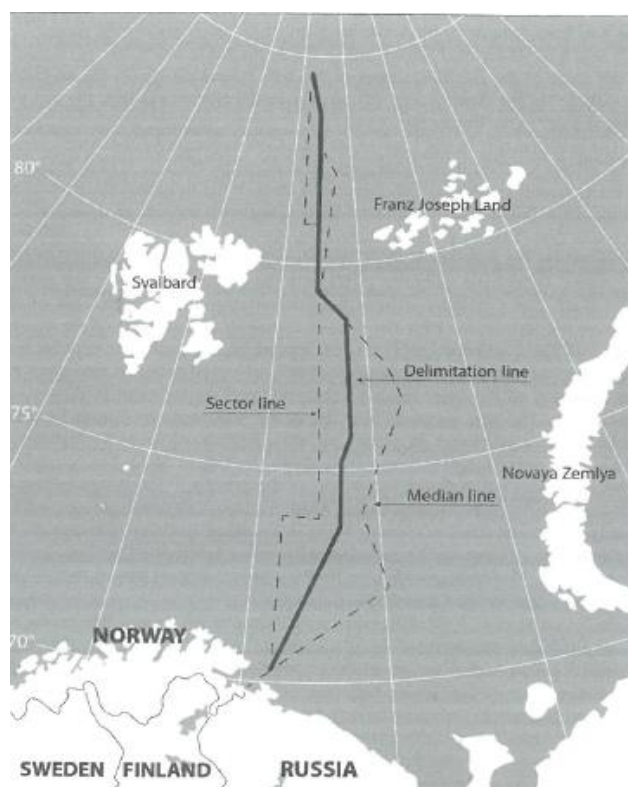
Fonte: <http://www.businessinsider.com/map-of-arctic-as-the-next-major-frontier-2016-5>

Note-se, neste contexto, que as disputas territoriais são, tradicionalmente, motivo e causa para a existência de conflitos entre Estados e abrem portas ao choque dos interesses dos atores envolvidos, sendo que cada um reivindica a sua parte do Ártico e terá extrema relutância, se não mesmo recusa, em abdicar dela ou reduzi-la. Sandra Balão remete-nos precisamente para essa reflexão: "(...) *toda a reivindicação que se faz naquela região (Ártico) é directamente ou indirectamente, de natureza territorial, associada ao seu controlo, à sua extensão e à soberania sobre os recursos ali existentes*" (Balão, 2015:67). Buzan & Little referem, do mesmo modo, que a geopolítica moderna se foca nas grandes potências e pressupõe que estas são levadas a expandir-se numa tentativa de assegurar recursos naturais e fronteiras seguras (Buzan & Little, 2000).

Não podemos, ainda, deixar de fazer referência à disputa fronteira entre a Rússia e a Noruega no que respeita ao Mar de Barents e ao Oceano Ártico e que teve

início em 1974, durando quase 40 anos até à sua resolução pacífica em 2010. O acordo de delimitação, que entrou em efeito em julho de 2011, divide as áreas disputadas em duas partes iguais traçando uma linha fronteira de 1680 quilómetros, estabelecendo a continuidade da cooperação ao nível das pescas entre os dois países que já se verificava anteriormente (Hoel, 2014). Este acordo é referido e utilizado por diversos autores que defendem o institucionalismo liberal e, conseqüentemente, a visão de que o Ártico é uma zona de cooperação pacífica. Hoel afirma que: "(...) *it is an example of how common or shared interests in resource development trump traditional security concerns over a strategically important area.*" (2014:57). Também Ferrão assume a mesma posição ao sustentar que: "[O] acordo atingido entre a Rússia e a Noruega constitui exemplo de uma negociação conduzida de acordo com a CNUDM, em que a necessidade de se poderem explorar os recursos existentes na zona em disputa contribuiu significativamente para o sucesso e potenciar relações de cooperação" (2014:43).

Figura 19 – Linha de delimitação fronteira Russo-Norueguesa no Mar de Barents e Oceano Ártico



Fonte: Hoel, 2014

Existe ainda uma disputa por resolver entre a Rússia e os EUA, que diz respeito à delimitação da PC e zonas económicas nos mares de Chukotka e Berings, tendo sido elaborado um acordo em 1990 (*Agreement on the Shevardnadze-Baker Line*) entre ambos os países por forma a resolver a contenda. No entanto, a Rússia nunca chegou a ratificá-lo, pelo que o mesmo não chegou a entrar em vigor (Voronov, 2012). Por seu lado os EUA ratificaram o tratado no ano a seguir, em 1991, e apesar da não ratificação da Rússia, na prática ambos os Estados respeitam a linha delimitada e acordada no tratado (Hoel, 2014).

A nosso ver, tendo em conta o desenvolvimento a que se tem assistido na resolução de disputas territoriais entre os cinco EC, a par do facto de que todos esses Estados obedecem às recomendações da CNUDM (os EUA, apesar de não terem ratificado a Convenção, tendem a respeitar e cumprir os princípios da mesma), não será de esperar que um possível conflito com potencial de escalada surja associado a este tipo de disputas. Continua a ser necessário, no entanto, não esquecer a importância das fronteiras para os Estados soberanos e, portanto, equacionar a possibilidade de conflito em articulação com os desenvolvimentos que se verifiquem em outras áreas, nomeadamente no âmbito das questões de segurança e defesa na região.

Capítulo III - As linhas gerais da política externa russa e a(s) Estratégia(s) para o Ártico

Para compreender a base e os fundamentos das estratégias concebidas pela Federação russa para o Ártico torna-se necessário, antes de mais, analisar as principais linhas de força da política externa russa, que movem os seus interesses e ambições globais. As estratégias russas para o Ártico, de 2008 e 2013, estão estritamente relacionadas com as diretivas da política externa, tendo já sido possível verificar que as opções tomadas no âmbito desta última condicionam e afetam, naturalmente, o desenvolvimento económico e energético da região.

1. As linhas de orientação da política externa da Rússia no século XXI

1.1. Contextualização

Na viragem do milénio, a Rússia emerge como ex-superpotência global, com a sua influência e relevância enfraquecidos com o colapso da URSS e com as consequentes dificuldades económicas e divisões políticas a ele associadas. É neste contexto que sobe ao poder Vladimir Putin que, face às dificuldades e ao ambiente instável que marcava a política doméstica e internacional da Rússia aquando da resignação de Yeltsin em 1999, conseguiu contornar com relativo sucesso aquilo a que Bobo Lo chama herança dualista, que está na origem da sua orientação da política externa (2004). O mesmo autor refere, ainda, que o tempo que Putin passou como agente externo de inteligência entre 1985 e 1990 na Alemanha Oriental, bem como aquele que passou em São Petersburgo como vice-Presidente da Câmara, naquela que era uma cidade mais liberal e aberta aos costumes ocidentais que Moscovo, contribuíram para que interiorizasse a noção de que uma base económica forte (como as que se construíram no mundo ocidental) era condição essencial para que também a Rússia pudesse recuperar o seu estatuto e o seu lugar “devido” no sistema internacional (Lo, 2004). Assim, com a sua subida ao poder em 2000, assistiu-se a uma priorização da

dimensão económica na PE, assumindo esta última um carácter mais assertivo que assenta na projeção de poder e influência por forma a garantir o seu reconhecimento internacional como grande potência (Freire, 2013).

Esta é uma premissa importante porque ajuda a compreender a direção que tomou a PE da Rússia no século XXI. De facto, a prosperidade económica (ou a falta dela) foi precisamente o impulsionador da recuperação da Rússia após o colapso da URSS, sempre relacionada com o objetivo secular de manter (ou recuperar) o estatuto de grande potência global, em equilíbrio com a intenção de aproximação (mas não integração) com o Ocidente, em particular com os EUA e a Europa Ocidental. O Professor Heitor Romana, neste sentido, alude a “[U]ma ideologia nacionalista de matriz neoeurasianista sustenta os ajustamentos doutrinários da grande estratégia russa, que pretende jogar com a geografia e com a segurança energética, recuperando espaço no seu *inner-abroad*, ao mesmo tempo que tenta aproximar-se à Europa (...)” (2016:23).

É importante sublinhar a vertente da segurança energética, uma vez que o crescimento económico que se verificou até à crise económico-financeira de 2008 e que permitiu que a Rússia consolidasse a sua posição e influência no SI está estritamente relacionado com a política energética defendida por Putin. De facto, Moscovo beneficiou largamente do aumento dos preços do petróleo no início dos anos 2000, devido à instabilidade que se fazia sentir no Médio Oriente, procurando maximizar os lucros provenientes dos elevados preços do petróleo nos mercados globais (Lo, 2004). A este respeito, Baev afirma que: “(...) *the pattern of Russia's foreign policy where energy matters, and especially the export of natural gas, have become not only a key priority but also an exclusive presidential domain, in which Putin takes keen personal interest*” (2007:6).

As melhorias na dimensão económica, particularmente a prosperidade no setor energético, permitiram a Moscovo a prossecução de uma PE mais afirmativa, nomeadamente no que diz respeito ao “*inner-abroad*” referido pelo Professor Romana (2016:23). Neste contexto, não podemos deixar de mencionar a relevância que o espaço pós-soviético assume para a Rússia, continuando a representar uma das principais prioridades da sua PE. Os acontecimentos na Geórgia, com a guerra em 2008 e, mais recentemente, na Ucrânia com a anexação da Crimeia, são ilustrativos não só da

importância da região, mas também da capacidade russa para utilizar uma abordagem assertiva com recurso ao uso da força através de meios militares, de forma a assegurar e proteger os seus interesses. Contudo, a Rússia faz questão de utilizar, de modo seletivo, os princípios defendidos na Carta das Nações Unidas, como a autodeterminação dos povos e a proteção de minorias, para justificar a sua atuação com base no direito internacional. A anexação da Crimeia é o exemplo mais marcante deste modo de ação, no sentido em que *“(...) foi apresentada e justificada pela Rússia não só como correspondendo aos princípios internacionalmente definidos de defesa de direitos de minorias, bem como com uma base histórica forte, assente na recuperação de um território descrito como sendo historicamente russo”* (Freire, 2013:11).

Esta constatação remete-nos, no âmbito das RI, para uma perspetiva neorealista. De facto, mesmo uma análise não tão aprofundada da PE russa permite-nos verificar a assertividade com que esta é conduzida, assente na manutenção dos interesses nacionais e com a possibilidade do uso da força sempre latente, caso esses interesses sejam ameaçados.

1.2. Conceitos de Política Externa

No período temporal contemplado pela nossa análise foram elaborados e aprovados na Rússia três Conceitos de Política Externa em 2008, 2013 e 2016. Contudo, não se pretende, no âmbito desta dissertação, elaborar uma análise aprofundada de cada um dos Conceitos, mas sim identificar linhas de ação de uma forma geral e sempre em articulação com o nosso objeto de estudo: a região do Ártico.

Por se tratarem de fontes oficiais, torna-se imprescindível equacionar: *“[O] silêncio, a imagem e a falta de autenticidade (...) quando se verifica o recurso às fontes primárias porque emanadas diretamente dos órgãos de poder efetivo”* (Balão, 2012:191). Esta premissa é especialmente relevante no caso da Rússia, onde a tomada de decisão recai sobre uma pequena elite que se rege por uma “cultura de confidencialidade”, por forma a proteger não só a informação que detém, como também os processos utilizados para alcançar conclusões e formular decisões (Lo, 2004:31).

Contudo, através da análise dos Conceitos de PE é possível verificar que a PE russa se caracteriza pela sua multivetorialidade, intimamente relacionada com a: “(...) *geopolitical position of Russia as the largest EuroAsian power, its status as one of the leading States of the world and a permanent member of the UN Security Council*” (The President of Russia, 2008).

Em destaque nesta política de multivetorialidade encontra-se sempre a Comunidade de Estados Independentes (CEI), que consubstancia a sua vizinhança próxima e a sua área de influência por excelência. Dada a importância histórica que esta área detém para a Rússia, não é de surpreender a ênfase colocada no desenvolvimento de relações estratégicas regionais com os países que a constituem, bilateral ou multilateralmente (The President of Russia, 2008; The Embassy of the Russian Federation to the United Kingdom and Northern Ireland, 2013; Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation, 2016).

A par com a CEI, a região Euro-Atlântica, consubstanciada pelos EUA e a UE, é também um dos vetores principais da PE russa. De facto, a UE continua a ser um dos principais parceiros económicos da Rússia, pese a interdependência que se verifica entre os dois atores no que diz respeito à importação (UE) e exportação (Rússia) energética (Pereira, 2014). No entanto, o Conceito de 2016 introduz um apontamento no que respeita à deterioração das relações entre a Rússia e os seus parceiros ocidentais, que esta atribui aos sucessivos avanços e alargamentos da NATO e da UE, bem como às suas políticas de contenção e de pressão política e económica contra a Rússia (Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation, 2016).

A Rússia procura consolidar a sua atuação e presença, também, na região Ásia-Pacífico, facto que está bem presente em todos os Conceitos analisados: “*Russia views strengthening its positions in the Asia-Pacific Region and stepping up relations with its States as a foreign policy area of strategic importance, which is attributable to Russia belonging to this vibrant geopolitical region*” (Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation, 2016). A Ásia-Pacífico tem vindo a assumir um papel preponderante para a PE da Federação que procura estreitar laços de cooperação a todos os níveis com países como a China e Índia. Esta é, também, uma forma de compensar o declínio nas relações com os parceiros ocidentais e assegurar um equilíbrio de forças no SI.

Por outro lado, também a região do Ártico detém importância vital para a Rússia devido ao seu potencial económico e energético. Esta importância foi reforçada e evidenciada através da referência à região, pela primeira vez associada aos interesses nacionais russos, no Conceito de Política Externa de 2013. Enquanto que no documento anterior o Ártico era mencionado de forma superficial e no contexto da cooperação com os Estados Nórdicos e com o Canadá, no Conceito de 2013 a região é abordada de forma mais específica e aprofundada, com referência a vários aspetos de interesse nacional na região, como a definição dos limites da PC no Oceano Ártico, a cooperação com os restantes EC no âmbito do CA e do Conselho Euro-Ártico de Barents e a Rota do Nordeste como rota nacional de navegação e transporte aberta ao tráfego internacional (The Embassy of the Russian Federation to the United Kingdom and Northern Ireland, 2013).

Esta é uma alteração significativa que demonstra o comprometimento da Rússia para com a região. Maria Freire associa também esta mudança à multivetorialidade da PE russa e à sua intenção de diversificar a sua política e apostar “(...) *em novos espaços estratégicos*” (2013:22).

O Conceito de 2016 segue a mesma linha, com duas alterações interessantes. Em primeiro lugar, eliminou-se a referência a atores não-árticos feita no documento anterior que lia: “(...) *Russia is open to mutually beneficial cooperation with non-Arctic actors as long as they respect independence, sovereign rights and jurisdiction of Arctic states in the Arctic region*” (The Embassy of the Russian Federation to the United Kingdom and Northern Ireland, 2013). No conceito de 2016 permanece a argumentação a favor de uma maior cooperação na região, mas apenas no âmbito do CA, do Conselho Euro-Ártico de Barents e entre os cinco EC (*Arctic Five*). À medida que a região se torna um pólo de oportunidades e benefícios económicos cada vez maiores, é evidente que a Rússia pretende assegurar a sua soberania e jurisdição e, em consequência, limitar a interferência de atores externos que ponham em causa os seus interesses e a sua influência na região.

Em segundo lugar, surge um novo apontamento que não estava presente nos documentos anteriores e que diz respeito à politização da cooperação na região: “*Russia will be firm in countering any attempts to introduce elements of political or military confrontation in the Arctic, and, in general, politicize international cooperation in the*

region” (Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation, 2016). A nossa leitura deste novo elemento orienta-se no sentido de considerar que o mesmo está relacionado com os acontecimentos que têm marcado a cena internacional, nomeadamente no que se refere à deterioração das relações entre a Rússia e o Ocidente agravadas pela crise da Ucrânia. A referência à introdução de elementos de confrontação política ou militar na região poderá estar relacionada com os alargamentos da NATO na Europa de Leste e, mais concretamente com o aumento de exercícios militares por parte da Aliança no Ártico, aos quais aludiremos no próximo capítulo. Por outro lado, a questão da politização da cooperação internacional no Ártico poderá ser uma referência às duras sanções impostas à Rússia pelos EUA e UE no seguimento da anexação da Crimeia, que implicaram a retirada dos parceiros internacionais dos projetos de exploração petrolífera na região.

1.3. Estratégia de Segurança Nacional

Durante o período abrangido pela nossa análise, foram elaboradas e aprovadas duas Estratégias de Segurança Nacional em 2009 e 2015.

A Estratégia de Segurança Nacional contempla os interesses nacionais da Federação, as suas prioridades estratégicas e os seus objetivos e funções na esfera nacional e internacional. Neste documento, a segurança nacional da Rússia é definida como: “(...) *the state of protection of the individual, society, and the state against internal and external threats* (...)” (IEEE, 2015), sendo de destacar o facto de que este é um conceito ao qual se faz referência, também, nos Conceitos de Política Externa a que atrás nos referimos. Outro aspeto que surge em articulação com os Conceitos de PE, é precisamente a relevância atribuída à soberania do Estado e à integridade territorial, como uma das principais prioridades da Federação. Destaca-se, igualmente, a prioridade de consolidar o estatuto da Federação como uma potência líder num mundo multipolar.

A importância do desenvolvimento económico para as políticas externa e interna a que nos referimos anteriormente está bem presente na Estratégia de Segurança Nacional de 2015: “[T]he current Strategy is based on the unbreakable interconnection and interdependence of the Russian Federation’s national security and the country’s

socioeconomic development” (IEEE, 2015). Associada à segurança económica surge a segurança energética, que é descrita como um dos principais meios para garantir a segurança nacional na esfera económica no longo prazo. Esta premissa vai ao encontro daquilo que foi explorado no Capítulo II deste documento, no sentido em que a exploração dos recursos *offshore* da região do Ártico implica uma abordagem a longo prazo o que, à luz daquilo que tem sido analisado, não se traduz numa perda de importância desses recursos e dessa região em particular, mas, pelo contrário, faz parte de uma estratégia político-económica também ela com características de longo prazo. Já na Estratégia de 2009, se argumentava que: “[I]n the long term, the attention of international politics will be focused on ownership of energy resources, including in the Near East, the Barents Sea shelf and other parts of the Arctic, in the Caspian basin, and in Central Asia” (Rustrans, 2012).

Por outro lado, na Estratégia de 2015, tal como no Conceito de PE de 2016, se faz referência à influência de fatores políticos em processos económicos, assim como à utilização de métodos económicos e políticas financeiras, de investimento e tecnológicas por parte de estados individuais para atingir os seus próprios objetivos geopolíticos, o que está a enfraquecer a estabilidade do sistema de relações económicas internacionais (IEEE, 2015).

A região do Ártico é novamente abordada na Estratégia de 2015 no âmbito do crescimento económico, especificamente no que diz respeito à expansão de parcerias público-privadas com vista a desenvolver a economia e a completar a formação de infraestruturas de transporte, energia, informação e militares na região, sublinhando o desenvolvimento da Rota do Nordeste. Isto vem reforçar o argumento de que a região do Ártico continua a possuir elevada importância económica e estratégica para a Federação, apesar da descida dos preços do petróleo e da redução da contribuição das exportações energéticas para o orçamento de Estado que se tem verificado nos últimos anos.

2. Estratégia(s) para o Ártico

A Rússia foi um dos primeiros EC a elaborar logo em 2008, a sua Estratégia para o Ártico, tendo a mesma sido assinada pelo então Presidente Medvedev e divulgada em 2009, sob o título (em inglês): *The fundamentals of state policy of the Russian Federation in the Arctic in the period up to 2020 and beyond* (Arctic Portal, 2010). Mais recentemente, em 2013, e como forma de validar e consolidar a indispensabilidade do Ártico para a Federação, o Presidente Putin assina, a 20 de fevereiro do referido ano, um documento revisto e atualizado sob o título (em inglês): *The development strategy of the Russian arctic zone for the period up to 2020* (IECCA, 2013). Apesar de já termos vindo a fazer referência à Estratégia de 2013 ao longo da nossa análise como forma de sustentar e demonstrar os interesses e prioridades da Federação no Ártico, importa aqui fazer uma análise geral das principais linhas de ação e medidas tomadas.

A Estratégia de 2013 destina-se a implementar a soberania e os interesses da Federação russa no Ártico e engloba, por isso, os seguintes pontos: i) provisões gerais; ii) principais riscos e ameaças; iii) prioridades de desenvolvimento e atividades principais; iv) mecanismos de implementação da Estratégia; v) fases de implementação da Estratégia; vi) características principais do desenvolvimento socioeconómico do Ártico russo e vii) monitorização da implementação da Estratégia.

Nesta Estratégia são também estabelecidas seis áreas prioritárias: o desenvolvimento socioeconómico integrado do Ártico russo; o desenvolvimento da ciência e tecnologia; a implementação de infraestruturas de informação e telecomunicação modernas; segurança ambiental; cooperação internacional e fornecimento de segurança militar e proteção das fronteiras da Federação russa no Ártico.

Através da formulação de áreas prioritárias, esta Estratégia procura englobar todos os aspetos relevantes para o desenvolvimento da região, sendo importante destacar que se verifica uma atenção redobrada no que diz respeito aos povos indígenas e à melhoria das condições de vida e trabalho na região, através da modernização de infraestruturas de ensino, saúde e cultura e de acesso a serviços de informação e

telecomunicação modernos. Do mesmo modo, enfatiza-se a segurança ambiental através da proteção e conservação da diversidade biológica da fauna e flora do Ártico, com a expansão de zonas protegidas e da sua monitorização. Equaciona-se também os efeitos negativos do aumento da atividade humana no Ártico que deverão ser minimizados através de incentivos para que as empresas desenvolvam e adotem novas tecnologias que reduzam os impactos negativos no ambiente, por exemplo.

No que diz respeito ao desenvolvimento socioeconómico, prevê-se a implementação de várias medidas, entre elas: a criação de um sistema de apoio estatal e estímulos para as entidades económicas que operam no Ártico e, em particular, na área de exploração de hidrocarbonetos, minerais e de pescas; desenvolvimento das infraestruturas de transporte e energia e a criação de um sistema de segurança integrado que assegure a proteção do território, população e instalações vitais face a situações de emergência de causas naturais ou humanas.

Neste sentido, é importante referir que naquele documento se considera que a soberania e a proteção das fronteiras russas no Ártico são asseguradas através da manutenção de: “(...) *necessary level of combat readiness of troops (forces) of the total of the Armed Forces, other troops, militar formations and bodies, in accordance with existing and predictable military dangers and military threats to the Russian Federation*” (IECCA, 2013). A Rússia assume-se, deste modo, preparada para defender os seus interesses e a sua atuação no Ártico russo fazendo recurso aos meios militares caso se verifique necessário, chegando mesmo a equacionar a eventualidade de um conflito armado. Desta forma, pressupõe-se a melhoria do apoio militar, económico e logístico para as Forças Armadas e outros organismos e formações militares, bem como das infraestruturas e equipamento operacional, de maneira a facilitar a mobilização de forças com competências e funções a desempenhar no Ártico (IECCA, 2013).

Por outro lado, não podemos deixar de notar que, a par com a prontidão para utilizar meios militares como forma de assegurar os seus interesses, a Federação pressupõe igualmente o reforço da cooperação internacional na região: “(...) *intensification of economic, scientific, technical and cultural cooperation as well as cross-border cooperation, including in the effective management of natural resources and preservation of the environment in the Arctic*” (IECCA, 2013). Note-se, no entanto,

que a cooperação internacional explícita nesta Estratégia, versa sobretudo na colaboração ao nível ambiental, científico e de operações de busca e salvamento.

Tendo em conta os desenvolvimentos na região, torna-se, de facto, imperativo que a atuação russa no Ártico seja pautada pelo seu envolvimento nas várias organizações por forma a maximizar os seus ganhos e a concretização dos seus interesses nacionais, sem comprometer a cooperação com os demais intervenientes regionais e internacionais, mais concretamente, com os restantes EC.

Capítulo IV – (In)segurança no Ártico

Na sequência de tudo o que atrás já foi dito, uma análise cuidada sobre a região do Ártico deve incluir, na nossa perspetiva, de forma mais ou menos aprofundada, questões de segurança e defesa. Pese-se o facto de que a região se afirmou pela sua importância estratégica no contexto da Guerra Fria, em que a segurança militar e, em particular, a estratégia de dissuasão nuclear, dominaram o discurso e as ações. Em contraste com o fim da Guerra Fria e no início do século XXI, esta visão restrita de segurança em relação à região tendeu a dissipar-se e a dar lugar a “novas” conceções de segurança, como é o caso da segurança ambiental. Buzan refere que o conceito de segurança ambiental emergiu nos anos ’60 do século XX, altura em que a consciencialização ambiental passou do segundo plano para passar a ocupar uma posição de maior centralidade nas preocupações da humanidade, tendo como problema subjacente a combinação do aumento da população e das atividades industriais no seio de um ecossistema planetário finito (1997).

O Ártico, pelo seu ecossistema frágil e cada vez mais fustigado pelas alterações climáticas, suscita preocupações ambientais e enfrenta ameaças no espectro da chamada *soft security*, mais precisamente, da segurança ambiental. De facto, o aumento da atividade humana na região levanta questões quanto às consequências que esse aumento implica para o ambiente, quer seja devido aos riscos de derrames petrolíferos, acidentes marítimos causados pelas condições extremas da região ou mesmo o desaparecimento da fauna e flora do Ártico devido ao degelo.

Contudo, as ambições e atuação russas para e na região não podem deixar de ser analisadas maioritariamente no âmbito da segurança político-militar e, portanto, de *hard security*, uma vez que, como já se verificou, a Federação pressupõe a utilização de meios militares para assegurar os seus interesses no seu território ártico e tem vindo a demonstrar, embora noutros espaços geográficos, que tem a capacidade para o fazer, caso considere necessário. Do mesmo modo, o uso da força militar na prossecução e proteção dos interesses nacionais do Estado é um aspeto caracterizador da teoria neorealista (Waltz, 1979), que consubstancia a perspetiva de análise por nós adotada para estudar e analisar o objeto de estudo em questão.

Assim, e transpondo esta premissa neorealista para o cenário do Ártico, podemos constatar que a Rússia tem realizado vários programas de modernização da Frota do Norte (FN) e tem procedido à militarização da sua costa norte (Laruelle, 2014; Sergunin e Konyshchev, 2014; Spears, 2015), o que leva a assumir que tende a agir segundo os seus próprios interesses e de maneira a assegurá-los sendo, portanto, menos provável que faça grandes concessões para o bem coletivo, sobretudo aquele que ultrapasse as suas próprias fronteiras.

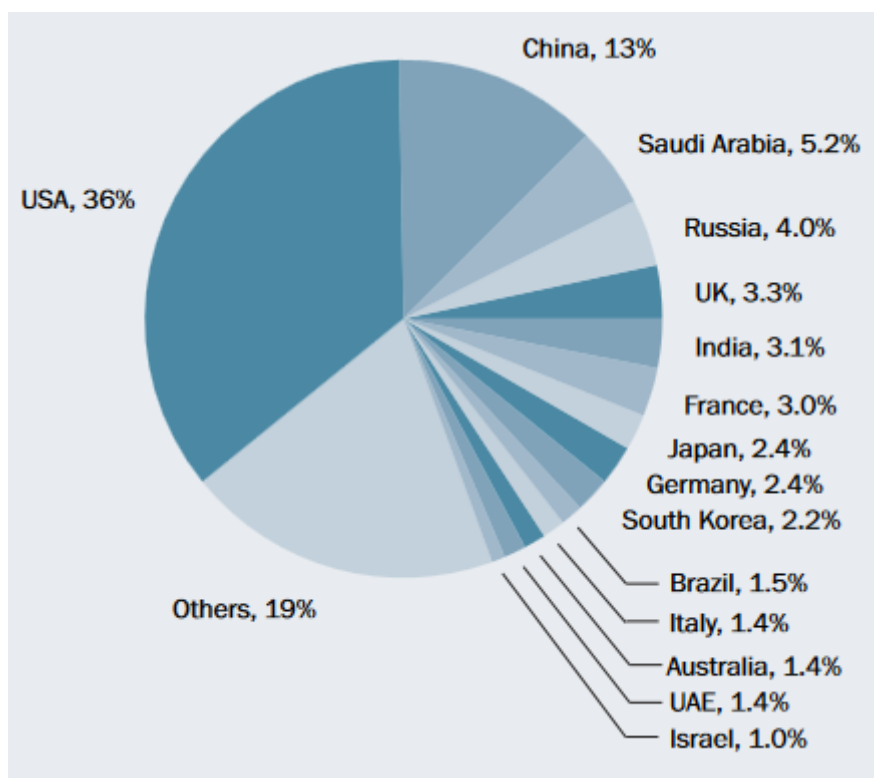
1. Militarização no Ártico russo

Falar de militarização, segundo Adam MacDonald, implica que os desenvolvimentos e mobilizações militares dominem o discurso regional, movido pelas perceções de ameaça variáveis e cada vez maiores no sentido de que o futuro ambiente securitário tenderá a tornar-se relativamente mais hostil (2015). Enquanto que, por um lado, é verdade que o discurso regional não é, de momento, completamente dominado pela segurança militar (pelo menos em comparação com o que se observava durante a Guerra Fria), não podemos deixar de observar que o aumento de exercícios militares, a par com os desenvolvimentos que se têm verificado na esfera interna dos EC, ao nível de investimentos e mobilizações militares na região, coloca a questão da segurança militar de novo no discurso regional, com maior ou menor ênfase consoante o Estado em análise. No caso da Rússia, na nossa perspetiva, podemos já falar de uma militarização do Ártico russo, acentuada pela referência à região e a sua identificação como área estratégica de grande importância não só na Estratégia de Segurança Nacional, como também nas Doutrinas Marítima e Militar da Federação.

De facto, no que toca à mobilização militar no Ártico, a Rússia pode ser considerada o ator mais “assertivo”, pese o facto de se ver como superpotência emergente de e na região (Balão, 2015). Aqui é possível fazer um paralelo com o período da Guerra Fria, no decorrer do qual a estratégia de afirmação russa era caracterizada pela forte aposta no desenvolvimento dos meios e capacidades militares e da alocação de recursos económicos para esse fim (Freire, 2015:194). Após os cortes drásticos ao orçamento da defesa no período que sucedeu à Guerra Fria e até ao início dos anos 2000, esta tendência voltou a verificar-se com a chegada de Putin ao Kremlin.

Beneficiando do crescimento económico proveniente das receitas energéticas, o orçamento da defesa russo tem vindo a aumentar consistentemente. Segundo dados fornecidos pelo *Stockholm International Peace Research Institute*, ilustrados na figura que se segue, a Rússia aumentou, em 2015, os seus gastos em matéria de defesa em 7.5%, sendo o quarto país a nível mundial com mais despesas militares (Perlo-Freeman et al., 2016).

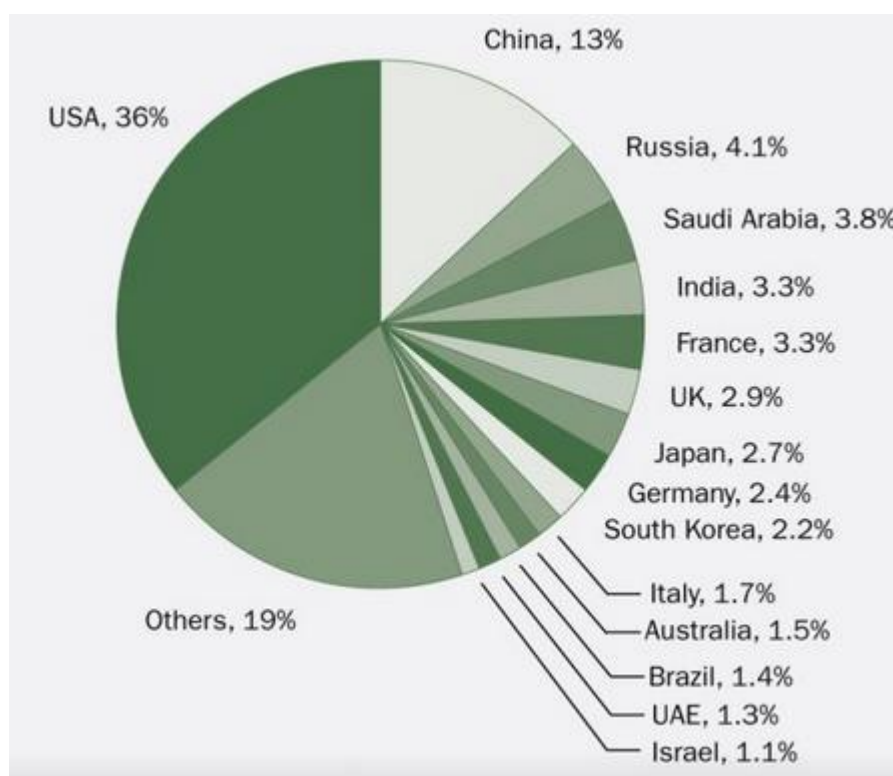
Figura 20 – Despesas militares (%) dos 15 países com os gastos mais elevados em 2015



Fonte: Perlo-Freeman et al., 2016

Em 2016, a tendência manteve-se com um novo aumento dos gastos militares russos de 5.9% em relação ao valor de 2015, passando a ser o terceiro país a nível mundial com mais despesas a nível militar (figura 21), sendo que estas despesas em 2016 representaram 5.3% do PIB, a proporção mais alta desde que a Rússia se tornou um Estado independente, facto que é preocupante tendo em conta o peso que esta porção exerce sobre a economia russa que ainda está a recuperar da descida dos preços do petróleo (Tian et al., 2017).

Figura 21 – Despesas militares (%) dos 15 países com os gastos mais elevados em 2016



Fonte: Tian et al., 2017

A região do Ártico, em particular, constitui uma das principais áreas de interesse estratégico na qual o investimento militar tem assumido proporções cada vez maiores. Pese aqui o facto de que a Rússia é o único EC do Ártico que não pertence à NATO, o que contribui para um certo sentimento de isolamento acentuado pelas desconfianças e clima de tensão que marcam as relações entre a Aliança e a Federação. Neste sentido, Vitor Marques dos Santos remete-nos para o facto de que as rivalidades “(...) *ideológicas, religiosas, étnicas e culturais, identitárias ou nacionalistas são frequentemente utilizadas como tácticas de justificação social e histórica para a prossecução de objectivos permanentes concretizáveis através da acção violenta no sentido do domínio territorial, e este inscreve-se na inerentemente pretendida obtenção de recursos vitais, de interesse estratégico, ou dos quais depende a viabilidade económica do estado em questão, ou a áreas de trânsito, passagem e acesso*” (Santos, 2015:102).

Deste modo, de maneira a assegurar a defesa dos seus interesses e soberania no Ártico e a manter um equilíbrio estratégico face aos restantes EC, a Federação tem vindo a proceder ao desenvolvimento das suas capacidades e meios militares na região, tanto ao nível da Marinha como da Força Aérea.

Em 2014, foi criado o *Joint Strategic Command North* que visa a presença militar russa permanente na região (Business Insider, 2015). Este “Comando Norte” é constituído por forças aéreas, terrestres e navais e foi criado precisamente para desenvolver as capacidades polares das Forças Armadas russas, ao mesmo tempo que se desenvolvem infraestruturas civis com propósitos económicos e de busca e salvamento (NATO Association of Canada, 2016).

Em 2015, foi aprovada e publicada a nova Doutrina Marítima da Federação que cobre quatro áreas funcionais e seis áreas regionais, das quais se destacam o Ártico e o Atlântico (Kremlin, 2015). Segundo o Vice-Primeiro Ministro Dmitry Rogozin, o Ártico merece destaque por várias razões, entre elas: a importância crescente da Rota do Nordeste, validada pela construção de três novos quebra-gelos nucleares a serem lançados ao mar em 2017, 2019 e 2020; o acesso livre e desimpedido aos oceanos Atlântico e Pacífico e as riquezas da PC, cujo desenvolvimento implica uma abordagem cuidadosa (idem).

A FN, a maior frota da Rússia, está “estacionada” em Severomorsk e representa umas das forças principais da Federação na região. Segundo o Ministério da Defesa da Rússia e de acordo com informação disponibilizada pelo Comandante da FN, Vice-Almirante Nikolay Yevmenov, a intensidade dos treinos de combate na FN em 2017 aumentou em quase duas vezes em comparação com o ano anterior, tendo sido realizados mais de 2000 exercícios de treino de combate e mais de 900 exercícios de combate utilizando armas convencionais durante o período de inverno (Ministry of Defense of the Russian Federation, 2017).

A Federação tem procedido, igualmente, à reabertura de bases aéreas e de radar encerradas desde o fim Guerra Fria (Wezeman, 2017), ao mesmo tempo que se desenvolvem projetos para a construção de bases novas. Em abril de 2017, foi revelada uma nova base militar na ilha de Alexandra Land, com capacidade para albergar 150 militares, assim como aviões de combate (Daily Mail, 2017). A Rússia planeia desenvolver dez bases de busca e salvamento, dezasseis portos de águas profundas,

treze aeródromos e dez estações de radar de defesa aérea ao longo da sua costa do Ártico, assim como novos submarinos nucleares da classe *Borei* (Spears, 2015).

Figura 22 – A militarização russa do Ártico em 2015



Fonte: <http://www.businessinsider.com/chart-of-russias-militarization-of-arctic-2015-8>

Estes desenvolvimentos militares, aliados à frota de quebra-gelos convencionais e nucleares, que está igualmente a passar por um processo de renovação e modernização que atrás referimos, reforçam as capacidades russas não só ao nível militar, como também na projeção de poder na região. Note-se, do mesmo modo, o aumento de exercícios militares desenvolvidos pela Rússia no Ártico, com destaque para o exercício *Zapad 2017* realizado em conjunto com a Bielorrússia no mês de setembro, contando com a participação de cerca de 12,700 militares (Business Insider, 2017).

2. Exercícios militares dos Estados Costeiros

Enquanto que a militarização do Ártico russo é uma realidade, o mesmo não se aplica, pelo menos por enquanto, à região do Ártico como um todo. Isto é, até ao momento, os níveis de preparação e mobilização militar dos restantes EC não se equiparam àqueles a que se assiste na Rússia. Isto não quer dizer, no entanto, que não exista um desenvolvimento das forças militares dos EC na região, mas sim que estes têm níveis de mobilização, investimento e interesse diferentes.

O que se verifica, de facto, é um aumento de exercícios militares efetuados na região, principalmente no âmbito da NATO (Balão, 2015). Não cabe no âmbito desta Dissertação incorrer nos investimentos individuais de cada EC, mas importa destacar os principais pontos no que diz respeito a desenvolvimentos e mobilizações militares destes atores no Ártico. Note-se que, por se ter optado pela perspetiva restrita de análise da região, apenas consideramos as ações dos EC, apesar de se reconhecer a existência de exercícios militares no seio do Círculo Ártico para além daqueles, como é o caso dos exercícios *Aurora 17* em curso na Suécia, os maiores exercícios deste tipo organizados por aquele país em 20 anos, e que contam com o apoio e participação da NATO (Swedish Armed Forces, 2017).

A Noruega, devido às receitas provenientes dos recursos energéticos e por estar menos limitada pela crise financeira desde 2008, tem sido o Estado Nórdico que mais tem investido na modernização militar, com a aposta em cinco fragatas da classe *Fridtjof Nansen*, apoiadas por seis embarcações de patrulha da classe *Skjold*, que melhoram a capacidade de defesa da costa norueguesa (Le Mièrre; Mazo, 2013d). Note-se que este país tem promovido uma cada vez maior presença e desenvolvimento de capacidades no Ártico, sendo o principal impulsionador dos exercícios que se têm vindo a realizar na região. A Noruega é o país organizador dos exercícios militares *Cold Response*, que se realizam de dois em dois anos desde 2012, tendo o mais recente sido efetuado em 2016. Neste último participaram cerca de 15,000 soldados de 14 países, com várias unidades da NATO (Norwegian Armed Forces, 2016). A Rússia participou nos exercícios de 2012 e 2014, mas não marcou presença nos exercícios de 2016.

O Canadá, à semelhança da Noruega, tem procurado aumentar a sua presença na região de forma a assegurar a sua soberania e a aumentar a sua capacidade de mobilização, através de exercícios militares conduzidos no âmbito da sua Força

Operacional Conjunta do Norte (*Joint Task Force North*), como por exemplo os exercícios anuais *NOREX* (*Northern Exercises*) e *Exercise NORTHERN MERCURY* (Government of Canada, s/d).

A Dinamarca, por sua vez, em 2012 convergiu os comandos militares da Gronelândia e das Ilhas Faroé num novo Comando do Ártico, sediado em Nuuk, Gronelândia com 85 operadores, com o objetivo de coordenar a mobilização de unidades militares dinamarquesas no Atlântico Norte e no Ártico (Wezeman, 2016).

Os EUA, curiosamente, são o Estado que menos tem investido no seu território ártico, ficando aquém dos restantes EC no que diz respeito à projeção de interesses e mobilizações militares. Mesmo assim, não podemos deixar de referir a base americana em Thule, Gronelândia, que tem importância estratégica elevada pela sua localização que, como refere Sandra Balão: «(...) coloca os EUA (e o “ocidente”) numa posição de disputa de “proximidade” com o principal rival (a Rússia)» (2015:70).

Desde 2013 realizam-se, a cada dois anos, os *Arctic Challenge Exercises* (ACE), organizados em conjunto pela Noruega, a Suécia e a Finlândia. Este é um dos maiores exercícios da Europa, tendo o mais recente sido realizado em 2017, contando com a participação de doze países, entre eles o Canadá e os EUA, e com mais de 1000 pessoas envolvidas, tendo como objetivo o treino de unidades para planejar e conduzir operações aéreas complexas em cooperação estreita com os parceiros da NATO (Norwegian Armed Forces, 2017; Barents Observer, 2017).

Em 2018, um dos maiores exercícios militares da Aliança, o *Trident Juncture*, terá lugar também na Noruega e estima-se a participação de milhares de soldados, à semelhança do último exercício realizado em 2015 em Portugal, Espanha e Itália e que englobou um total de cerca de 36,000 soldados e colaboradores de mais de 30 países (Norwegian Armed Forces, 2017).

3. Dilema de segurança?

Num SI em que os Estados ainda são os atores centrais da Política Internacional é necessário ter em conta que: “[N]a ausência de uma autoridade superior, os Estados, como não confiam inteiramente uns nos outros, mantêm as suas capacidades de defesa

contra ameaças, a fim de diminuírem a sua vulnerabilidade e aumentarem a sua segurança” (Ribeiro, 2010:51). No entanto, o aumento das capacidades militares nem sempre implica mais segurança, podendo resultar, pelo contrário, na perda dessa mesma segurança pois “(...) *poderá suscitar preocupações de outros Estados que, em consequência, desencadeiam corridas armamentistas e podem, até, lançar ataques preventivos*” (idem:52). Vitor Santos argumenta que: “[M]esmo em situações de relativa estabilidade relacional, as armas obtidas por um estado para a sua defesa, podem sempre ser perspectivadas pelos outros, como atentatórias da sua segurança” (2009:180). O mesmo autor sublinha, ainda, que esta premissa se verifica especialmente no caso das grandes potências, cuja capacidade de projeção de poder global na prossecução dos seus interesses nacionais corre o risco de ser interpretada pelos outros Estados como uma ameaça, “(...) logo, como justificação para aumentarem a sua respectiva capacidade de defesa e de resposta a um potencial ataque” (idem:80). Este é o chamado dilema de segurança e é um conceito básico da teoria realista das Relações Internacionais que julgamos ser pertinente referir neste contexto.

A militarização do Ártico russo conjugada com os numerosos exercícios militares por parte dos restantes EC, principalmente no âmbito da NATO, poderá suscitar um dilema de segurança, em função do qual cada Estado pretende aumentar a sua segurança, mas arrisca-se a que os outros Estados se sintam menos seguros e procurem, por isso, também, “equilibrar a balança” (Åtland, 2014), situação da qual poderá resultar uma “corrida armamentista”.

Esta perspetiva, no entanto, é parcialmente refutada por P. S. Hilde, que afirma que apenas no extremo norte o aumento da atividade militar russa e os seus planos para modernizar as suas forças no Ártico europeu levaram a Noruega a aumentar igualmente as suas atividades e investimentos militares, tendo assim este “dilema de segurança” uma extensão limitada no Ártico (Hilde, 2014). De facto, o governo norueguês prevê a compra de cinquenta e dois aviões de caça *Lockheed Martin F-35* de quinta geração, quatro submarinos e seis aeronaves de patrulha de costa, bem como a construção de cinco novas fragatas e seis corvetas, que a Primeira Ministra da Noruega dá a entender ser uma resposta à Rússia: «(...) *“we have an increasingly unpredictable neighbor to the east which is strengthening its military capacity, and showing willingness to use military force as a political tool”*» (Sputnik News, 2016). Neste contexto, Kenneth Waltz remete-nos para o facto de que “[I]f force is used by one state or its use is

expected, the recourse of other states is to use force or be prepared to use it singly or in combination." (1979:113).

Le Mière e Mazo defendem que uma maior presença militar não se traduz necessariamente num conflito iminente, existindo a possibilidade do Ártico se tornar numa zona caracterizada pela cooperação militar ao invés da competição (2013d). No entanto, tendo em conta que a Rússia não integrou em 2016 os exercícios *Cold Response*, além da permanência da desconfiança e desagrado face à presença da NATO no Ártico, não consideramos que seja muito provável que exista um nível elevado de cooperação militar, pelo menos não de forma integrada e ao nível multilateral entre os EC.

A região do Ártico no século XXI tem conhecido esforços significativos de cooperação e interação pacíficas entre os atores da região. Este é um facto que se comprova pelos vários acordos assinados e ratificados entre os EC, principalmente no âmbito do CA e maioritariamente em questões de *soft security*, de que é demonstrativo o *Agreement on Cooperation on Aeronautical and Maritime Search and Rescue in the Arctic*, o primeiro acordo juridicamente vinculativo a ser celebrado pelos oito Estados do Ártico em 2011 (Arctic Council, 2015). No entanto, não podemos deixar de equacionar a importância estratégica e securitária da região, a par com a sua importância científica e ambiental. Neste sentido, à medida que a segurança militar vai ganhando importância no discurso regional, a cooperação que se tem verificado entre os EC poderá sofrer ruturas, principalmente tendo em conta as ambições militares da Rússia na região que, como se verificou, têm preocupado os restantes EC que, por sua vez, têm aumentado os seus orçamentos de defesa e capacidades no Ártico (pelo menos em parte).

Quer se defenda que existe um "dilema de segurança" ou não, a eventual militarização do Ártico é uma possibilidade cada vez mais real para a qual, até ao momento, não existe regulação, uma vez que o principal órgão intergovernamental da região, o CA, não possui jurisdição em matéria de segurança e defesa (Arctic Council, 2016).

Conclusão

Atendendo à pergunta de partida estipulada: “[Q]uais os desafios securitários à estabilidade e segurança na região do Ártico tendo em conta as ambições definidas pela Política Externa russa para a região entre 2007 e 2017?” e aos objetivos formulados, importa referir que a atuação da Federação russa na região do Ártico entre 2007 e 2017 tem sido pautada por um discurso cuja assertividade tem vindo a crescer à medida que a região foi consolidando o seu lugar no topo das agendas política e económica de Moscovo. Desde a implantação de uma bandeira de titânio no subsolo do Pólo Norte em 2007 até à crescente militarização do Ártico russo, a Rússia tem demonstrado a capacidade e intenção de projetar a sua influência e interesses na região. Se, por um lado, apela à cooperação internacional reforçada no Ártico nas suas Estratégias, por outro apresenta um discurso focado na segurança e militarização da região, o que torna difícil discernir as suas reais intenções. Este é um aspeto que marca a PE da Rússia como um todo, revestindo a atuação daquele Estado de uma imprevisibilidade por vezes alarmante que se tem traduzido, no caso do Ártico, numa desconfiança das intenções russas por parte dos restantes EC.

A verdade é que a Rússia tem necessidade de cooperar com os Estados vizinhos no Ártico, considerando a sua dependência face ao investimento tecnológico dos parceiros ocidentais, indispensável para a exploração de recursos, pelo que as consequências que um conflito poderia gerar ao nível da exploração económica da região seriam muito negativas. No entanto, foi possível verificar que a Rússia tem procurado diversificar as fontes de investimento e de escoamento energético, nomeadamente na direção dos mercados asiáticos. Esta viragem para a Ásia surge principalmente em resposta às sanções económicas que têm sido impostas à Rússia pelos EUA e UE e que têm afetado a execução de projetos petrolíferos no Ártico, particularmente em zonas *offshore*.

O certo é que a região do Ártico no século XXI assume uma importância global, devido às alterações climáticas e suas consequências na região e no mundo. Os acontecimentos da região merecem ser cada vez mais acompanhados e estudados pela comunidade científica, principalmente no sentido de verificar a evolução das relações entre a Rússia e os restantes EC, assim como de apurar se a atual situação securitária se

desenvolverá em termos pacíficos ou se, pelo contrário, se assistirá a uma militarização de toda a região do Ártico e o aumento de potenciais conflitos.

1. Verificação de hipóteses

Hipótese 1. O Ártico é a zona de influência russa por excelência e, como tal, a Rússia adota uma postura assertiva e está disposta a utilizar meios militares para defender os seus interesses e o seu estatuto na região.

É seguro afirmar que o Ártico é, de facto, uma zona de influência russa. Atente-se no conceito de “zona de influência” tal como o descreve o Professor Marques Bessa: “[Á]rea dominada ou controlada por uma superpotência. Actualmente os superpoderes já não disputam países mas sim continentes e conjuntos estratégicos. Lutam por zonas ricas em minerais estratégicos como petróleo, crómio, urânio, ouro, ferro e por posições dominantes em certos pontos do mundo” (Bessa, 1979:333). Como se verificou no Capítulo I, o Ártico afirma-se, no século XXI, como uma região de elevado valor estratégico, pelo potencial económico e energético que engloba para os EC. A sua riqueza ao nível de recursos energéticos, com grandes reservas de petróleo e gás natural ainda por explorar aliada à abertura da Rota do Nordeste ao comércio internacional por períodos cada vez mais prolongados, consubstanciam os principais interesses da Rússia que, na sua qualidade de Estado com maior território na região, colherá a maior parte dos benefícios que advêm do degelo do Ártico. Como já verificamos, a região é essencial para a Federação não só para manter o seu estatuto de potência energética global, como também para a projeção de influência e poder numa região que tem um papel fundamental na identidade nórdica da Rússia.

Deste modo, a utilização de meios militares por forma a assegurar os seus interesses e soberania é equacionada na Estratégia da Federação para o Ártico: “(...) to ensure comprehensive combat and mobilization readiness level required for solving non-military pressure and aggression against the Russian Federation and its allies, to ensure the sovereign rights of Russia’s Arctic and features for the smooth

implementation of all of its activities, including the exclusive economic zone and the continental shelf of the Russian Federation in the Arctic, to neutralize internal and external military dangers and military threats in peacetime, providing strategic deterrence, and in the event of armed conflict – repel aggression and obtain cessation of hostilities on terms that meet the interests of the Russian Federation” (IECCA, 2013).

Podemos, assim, considerar que a Hipótese 1 foi validada: o Ártico é uma zona de influência da Federação russa, que está disposta a utilizar meios militares para defender os seus interesses e soberania na região.

Hipótese 2. Uma eventual militarização generalizada do Ártico atua como fator desestabilizador da cooperação e, conseqüentemente, da segurança na região.

A aproximação da NATO à região, os sucessivos alargamentos aliados à colocação das suas infraestruturas militares cada vez mais perto das fronteiras russas, é vista pela Federação como uma ameaça à sua segurança nacional. Além disso, o facto dos restantes EC pertencerem à Aliança contribui para aumentar a perceção de ameaça e insegurança da Rússia. É neste contexto que se desenvolve a militarização russa do Ártico: por um lado a importância económica e energética da região levam a Federação a mobilizar meios militares para proteger infraestruturas e patrulhar a Rota do Nordeste; por outro, a necessidade de equilíbrio estratégico face às crescentes capacidades da NATO na região.

A militarização do Ártico russo, por sua vez, tem gerado preocupações no seio dos restantes EC, que têm procurado aumentar as suas capacidades militares na região, com a Noruega a ser o exemplo mais marcante, face à ameaça representada por uma Rússia mais assertiva na região. Estas preocupações poderão estar, do mesmo modo, relacionadas com os acontecimentos que culminaram na anexação da Crimeia em 2014 e que demonstraram a capacidade e disponibilidade russas para utilizar meios militares para assegurar os seus interesses. Este contexto relacional poderá gerar um dilema de segurança que, caso não seja mitigado, poderá dar lugar a uma corrida armamentista

pondo em causa o regime de cooperação e interação pacífica que se tem verificado na região.

Apesar do número de exercícios militares realizados pelos EC não ser, de momento, equivalente a uma militarização do Ártico como um todo, é importante notar que a tendência é para o aumento destes exercícios, tendo sido já agendado um dos maiores exercícios da Aliança para o ano de 2018 precisamente na Noruega. Deste modo, o aumento de exercícios militares por parte dos EC e, principalmente aqueles realizados sob a égide da NATO, é percecionado pela Rússia como uma ação direcionada para si, até porque não participou nos exercícios de 2016, e é, consequentemente, visto como uma ameaça indireta à sua soberania e interesses na região.

Neste sentido, consideramos que a Hipótese 2 foi validada: de facto, caso a militarização do Ártico se torne uma realidade, irá pôr em causa o regime de cooperação e estabilidade entre a Rússia e os restantes EC, podendo causar uma corrida armamentista na região.

Hipótese 3. O Ártico no século XXI perfila-se como um pólo de potenciais tensões e conflitos entre os atores internacionais que interagem na região.

As interações entre os EC no Ártico têm sido pautadas pela cooperação pacífica, potenciadas pela criação do CA em 1996. Este é um facto inegável que é demonstrado através dos variados acordos que têm sido assinados no âmbito do CA, assim como a resolução pacífica entre a Rússia e a Noruega sobre a longa disputa territorial no Mar de Barents e no Oceano Ártico com a assinatura de um acordo de delimitação fronteiriça que dividiu a região entre os dois Estados. Não obstante estes avanços no sentido da cooperação, note-se que estes se fazem em áreas que geralmente não envolvem os interesses estratégicos dos atores em questão. Isto é, a cooperação baseia-se em questões de *soft security* e segurança humana, que envolvem coordenação de operações de busca e salvamento, acordos sobre a poluição ou mesmo cooperação na área científica.

As disputas territoriais, por outro lado, são tradicionalmente causa de conflitos entre os Estados e na região do Ártico existem ainda várias disputas territoriais por resolver. Verificamos que a Rússia, a Dinamarca e o Canadá apresentaram submissões

no seio da CNUDM com reivindicações territoriais sobre a mesma área do Ártico, que engloba as cordilheiras de Lomonosov e Mendeleev, reclamando as mesmas como extensões naturais das suas PC. Apesar de se comprometerem a seguir as recomendações da CNUDM, nada garante que os EC e, em particular, a Rússia, continuem a respeitar essas diretrizes caso a decisão não lhes seja favorável. Neste sentido, não podemos deixar de equacionar o papel do Canadá que, com uma forte identidade nórdica, tem reforçado a sua presença na região e está disposto a utilizar meios militares para assegurar a sua soberania e fronteiras árticas (Claudio, 2016).

É de notar, também, que a CNUDM se limita a confirmar ou refutar a reivindicação dos Estados, não existindo um mecanismo específico que ajude a resolver disputas que resultem da sobreposição de territórios, apenas se estabelece que os Estados devem dividir a área sobreposta através de um acordo fronteiriço marítimo (Dodds, 2010). Por outro lado, também a militarização do Ártico russo, como já verificamos, poderá ser fator de tensões entre os EC.

Consideramos, portanto, ser possível validar a Hipótese 3.

Bibliografia

Livros:

ALMEIDA, Políbio Valente de - *Do Poder do Pequeno Estado*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2012

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues – *A Matriz do Poder*. Lisboa: Ed. MGI, 2014

BARDIN, Laurence - *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977

BESSA, António Marques – *Dicionário Político do Ocidente*. Braga-Lisboa: Editorial Intervenção, 1979

BRYMAN, Alan - *Social Research Methods*. Oxford: Oxford University Press, 2012

BUZAN, Barry; Little, Richard - *International Systems in World History: Remaking the study of international relations*. Oxford University Press, 2000

CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro - *Metodologia de Investigação: Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta, 1998

DODDS, Klaus – *Global Geopolitics. A critical Introduction*. Pearson Educational Limited, 2005

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF JR., Robert L. - *Relações Internacionais - As teorias em confronto*. Gradiva, 2003

LARA, António de Sousa Lara – *Ciência Política. Estudo da Ordem e da Subversão*. (7.^a edição) Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2013

LEAL, João Luís Rodrigues – *Geopolítica do Ártico no Século XXI*. Letras Itinerantes, Edição e Distribuição de livros, 2014

LO, Bobo – *Vladimir Putin and the Evolution of Russian Foreign Policy*. Blackwell, 2004

MOREIRA, Adriano – *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina, 1996

MOREIRA, Adriano – *Estudos da Conjuntura Internacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000

MOREIRA, Carlos Diogo – *Teorias e Práticas de Investigação*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2007

RIBEIRO, António Silva – *Teoria Geral da Estratégia*. Edições Almedina, 2010

SANTO, Paula do Espírito – *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais – Génese, Fundamentos e Problemas*. Lisboa: Edições Sílabo, 2010

SANTOS, Victor Marques dos - *Introdução à Teoria das Relações Internacionais - Referências de enquadramento teórico-analítico*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2007

SANTOS, Victor Marques dos – *Teoria das Relações Internacionais – Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2009

SPYKMAN, Nicholas – *The Geography of the Peace*. Archon Books, 1969

WALTZ, Kenneth N. - *Theory of international Politics*. Addison-Wesley Publishing Company, 1979

Artigos em publicações periódicas:

AALTO, Pami (2016) – “Modernisation of the Russian Energy Sector: Constraints on Utilising Arctic Offshore Oil Resources”. *Europe-Asia Studies*, 68:1, 38-63

ARBO, P., Iversen, A., Knol, M., Ringholl, T. and Sander, G. (2013) – “Arctic futures: conceptualizations and images of a changing Arctic”. *Polar Geography*, 36, 163-182

ATLAND, Kristian (2014) – “Interstate Relations in the Arctic: An Emerging Security Dilemma?”. *Comparative Strategie*, 33, 145-166

BAEV, Pavel (2007) - "Russia's Race for the Arctic and the New Geopolitics of the North Pole". *The Jamestown Foundation*, artigo ocasional

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues Balão (2012) – “A PESC, a PESD, a PCSD e a definição da Estratégia da UE para o Ártico”. *Debater a Europa*, 6, 169-206

BORGERSON, Scott (2013) – “As the Ice Melts, the Region Heats Up”. *Foreign Affairs*, 92:4, 76-89

BUZAN, Barry (1997) – “Rethinking Security after the Cold War”. *Cooperation and Conflict*, 32:1, 5-28

DADWAL, Shebonti Ray (2014) – “Arctic: The Next Great Game in Energy Geopolitics”. *Strategic Analysis*, 38:6, 812-824

DODDS, Klaus (2010) – “Flag Planting and Finger Pointing: The Law of the Sea, the Arctic and the political geographies of the outer continental shelf”. *Political Geography*, 29, 63-73

EBINGER, Charles K.; ZAMBETAKIS, Evie (2009) - "The geopolitics of Arctic melt". *International Affairs*, 85:6, 1215-1232

ELIASSON, Kjartan; ULFARSSON, Gudmundur F.; VALSSON, Trausti; GARDARSSON, Sigurdur M. (2016) – “Identification of development areas in a warming Arctic with respect to natural resources, transportation, protected areas, and geography”. *Futures*, 85, 14-29

FERRÃO, Eduardo (2014) – “A Abertura da Rota do Ártico (Northern Passage). Implicações Políticas, Diplomáticas e Comerciais”. *Cadernos do Instituto de Estudos Superiores Militares*, 3

FLAKE, Lincoln E. (2015) – “Forecasting Conflict in the Arctic: The Historical Context of Russia’s Security Intentions”. *Journal of Slavic Military Studies*, 28, 72-98

FREIRE, Maria Raquel (2003) - "Política Externa Russa: as Dimensões Material e Ideacional nas Palavras e nas Acções". *E-cadernos ces*, 19

GABRIELSSON, Risto; SLIWA, Zdzislaw (2014) – “Arctic – the New ‘Great Game’ or Peaceful Cooperation?”. *Baltic Security and Defense Review*, 16:1, 203-232

GAUTIER, Donald L.; BIRD, Kenneth J.; CHARPENTIER, Ronald R.; GRANTZ, Arthur; HOUSEKNECHT, David W.; KLETT, Timothy R.; MOORE, Thomas E.; PITMAN, Janet K.; SCHENK, Christopher J.; SCHUENEMEYER, John H.; SØRENSEN, Kai; TENNYSON, Marilyn E.; VALIN, Zenon C.; WANDREY, Craig J.

(2009) – “Assessment of Undiscovered Oil and Gas in the Arctic”. *Science*, 324, 1175-1178

GHIMIS, Ana-Maria (2013) – “Rim versus Non-Rim States in the Arctic Region: Prospects for a Zero-Sum Game or Win-Win One?”. *Romanian Journal of European Affairs*, 13:3, 36-52

HEININEN, Lassi; NICOL, Heather N. (2007) – “The Importance of Northern Dimension Foreign Policies in the Geopolitics of the Circumpolar North”. *Geopolitics*, 12, 133-165

JENSEN, Oystein (2016) – “Russia's Revised Arctic Seabed Submission”. *Ocean Development & International Law*, 47:1, 72-88

KEIL, Kathrin (2014) - "The Arctic: A new region of conflict? The case of oil and gas". *Cooperation and conflict*, 49:2, 162-190

KONYSHEV, Valery; SERGUNIN, Alexander (2014) - "Is Russia a revisionist military power in the Arctic?". *Defense & Security Analysis*, 30:4, 323-335

KRASNIKOVA, Olga A. (2016) – “To the Arctic in a Balloon. Revisiting the history of the Aeroarctic Society and the Polar Commission of the USSR Academy of Sciences”. *Science First Hand*, 45:3

LARUELLE, Marlene (2014) “Resource, state reassertion and international recognition: locating the drivers of Russia’s Arctic policy,” *The Polar Journal* 4:2, 253-270.

LE MIÈRE, Christian; MAZO, Jeffrey (2013a) – “Chapter One: The Warming Arctic: contexts”. *Adelphi Series*, 53:440, 19-46

LE MIÈRE, Christian; MAZO, Jeffrey (2013b) – “Chapter Two: Economic Opportunities”. *Adelphi Series*, 53:440, 47-76

LE MIÈRE, Christian; MAZO, Jeffrey (2013c) – “Chapter Three: The Arctic as a theatre of military operations”. *Adelphi Series*, 53:440, 77-100

LE MIÈRE, Christian; MAZO, Jeffrey (2013d) – “Chapter Five. Geopolitical impacts of the changing Arctic”. *Adelphi Series*, 53:440, 119-140

MACDONALD, Adam (2015) – “The Militarization of the Arctic: Emerging Reality, Exaggeration, and Distraction”. *Canadian Military Journal*, 15:3, 18-28

MACKINDER, Halford J., Sir (1943) - "The Round World and the Winning of the Peace". *Foreign Affairs*, 21:4, 595-605

MACKINDER, Halford J. (2008). “O *Pivot* Geográfico da História”, tradução de Armando Teixeira Carneiro. *Geopolítica. Revista do Centro Português de Geopolítica*, 2

ROMANA, Heitor Barras (2016). “Da cultura estratégica: uma abordagem sistémica e interdisciplinar”. *R. Esc Guerra Naval*, Rio de Janeiro, 22:1, 13-32

RASMUSSEN, Anders Fogh (2015) – “A Place Apart: A Peaceful Arctic No More?”. *Harvard International Review*, 38:3, 45-48

SPEARS, K. Joseph (2015) – “Russia’s new cool war?”. *Canadian Sailings*, 15-17

VORONOV, Konstantin (2012) – “The Arctic Horizons of Russia’s Strategy: Current Trends”. *Russian Politics and Law*, 50:2, 55-77

ZHANG, Zhong Xiang (2011) – “China’s energy security, the Malacca dilemma and responses”. *Energy Policy*, 39:12, 7612-7615

Capítulos em obras coletivas:

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues (2015). “O Ártico no Século XXI: Geopolítica Crítica e Guerra” em Lara, António de Sousa (coord.) – *Em caso de guerra*. Lisboa: Edições MGI

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues (2016). "Geopolítica e Geoestratégia do Ártico no Século XXI: Inovação ou Recorrência?", em Lara, António de Sousa (coord.) – *Previsão e Mudança: Estudos Políticos e Internacionais*. Lisboa: Edições MGI

FREIRE, Maria Raquel (2015). “Federação Russa”, em Freire, Maria Raquel (coord.) – *Política Externa: As relações internacionais em mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra

HOEL, Alf Håkon (2014). "The legal-political regime in the Arctic", em Tamnes, Rolf; Offerdal, Kristine (Ed.) - *Geopolitics and Security in the Arctic: Regional dynamics in a global world*. Londres e Nova Iorque: Routledge

OFFERDAL, Kristine (2014). "Interstate relations: The complexities of Arctic politics", em Tamnes, Rolf; Offerdal, Kristine (Ed.) - *Geopolitics and Security in the Arctic: Regional dynamics in a global world*. Londres e Nova Iorque: Routledge

SACHETTI, António Emílio (1990). "Geopolítica e Geoestratégia do Atlântico" em Moreira, Adriano; Cardoso, Pedro (coord.) - *Estratégia*. Lisboa: ISCSP

SIMÃO, Licínia (2017). "European Energy Security: the Reconcilable EU and Russian Approaches?", em Fernandes, Carla Patrício; Rodrigues, Teresa Ferreira (Ed.) – *Geopolitics of Energy and Energy Security*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional

TAMNES, Rolf; HOLTSMARK, Sven G. (2014). "The geopolitics of the Arctic in historical perspective", em Tamnes, Rolf; Offerdal, Kristine (Ed.) - *Geopolitics and Security in the Arctic: Regional dynamics in a global world*. Londres e Nova Iorque: Routledge

VIEIRA, Alena Vysotskaya Guedes (2014). "A Política Externa Russa em relação ao Norte: A Dimensão Setentrional e o Ártico" em Daehnhardt, Patrícia; Freire, Maria Raquel (coord.) - *A Política Externa Russa no Espaço Euro-Atlântico: Dinâmicas de cooperação e competição num espaço alargado*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra

Fontes eletrónicas:

ARCTIC COUNCIL, disponível em: <http://www.arctic-council.org/index.php/en/>

ARCTIC COUNCIL, "Agreements", 2015, disponível em: <https://www.arctic-council.org/index.php/en/our-work/agreements>

ARCTIC-INFO, "Arctic ocean surrendered to the ships for first time in winter", 2017, disponível em: <http://www.arctic-info.com/news/10-01-2017/arctic-ocean-surrendered-to-the-ships-for-first-time-in-winter/>

ARCTIC PORTAL, "The Foundations Of The Russian Federation's State Policy In The Arctic Until 2020 And Beyond", tradução inglesa feita por Philip Burgess, 2010,

diponível

em:

icr.arcticportal.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1791%3

ARCTIC PROGRAM, “Arctic Report Card 2016 - Persistent warming trend and loss of sea ice are triggering extensive Arctic changes”, disponível em: <http://www.arctic.noaa.gov/Report-Card/Report-Card-2016>

BBC, “Russia plants flag under N Pole”, 2007, disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/6927395.stm>

BP, “Country and regional insights: Russia”, 2017, disponível em: <http://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy/country-and-regional-insights/russia.html>

BUSINESS INSIDER, “Russia is deploying advanced aerial weapon systems to the Arctic”, 2015, disponível em: <https://www.businessinsider.com/russia-deploying-advanced-weapons-to-arctic-2015-6>

BUSINESS INSIDER, “Russia just finished the Zapad military exercises that freaked out NATO — Here's what we know”, 2017, disponível em: <http://www.businessinsider.com/heres-what-we-learned-from-russias-zapad-military-exercises-2017-9>

CENTRE FOR HIGH NORTH LOGISTICS, “NSR, Transit Statistics”, 2016, disponível em: http://www.arctic-liaison.com/nsr_transits

COHEN, Ariel (2011) - "Russia in the Arctic: Challenges to U.S. Energy and Geopolitics in the High North". Capítulo 1 do Relatório *Russia in the Arctic* publicado pelo *Strategic Studies Institute Monograph*, editado por Stephen J. Blank, disponível em: <https://ssi.armywarcollege.edu/pdffiles/PUB1073.pdf>

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, “Independent Task Force Report no.75: Arctic Imperatives - Reinforcing U.S. Strategy on America's Fourth Coast”, 2017, disponível em: <https://www.cfr.org/report/arctic-imperatives>

DAILY MAIL, “Russia embarks on its largest Arctic military push since the fall of the Soviet Union as it lays claim to the region's huge oil and gas reserves”, 2017, disponível

em: <http://www.dailymail.co.uk/news/article-4171220/Putins-Russia-biggest-Arctic-military-push-Soviet-fall.html>

DAILY MAIL, “Russia unveils its new Arctic military base housing nuclear-ready warplanes and REINDEER-powered special forces as it seeks to claim the region's huge oil and gas reserves”, 2017, disponível em: <http://www.dailymail.co.uk/news/article-4421072/Russia-unveils-new-Arctic-military-base.html>

DIÁRIO DA REPÚBLICA 1997, Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, disponível em: http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/ISA/convencao_NU_direito_mar-PT.htm

FOREIGN POLICY, “Here’s What Russia’s Military Build-Up in the Arctic Looks Like”, 2017, disponível em: <http://foreignpolicy.com/2017/01/25/heres-what-russias-military-build-up-in-the-arctic-looks-like-trump-oil-military-high-north-infographic-map/>

GOLTS, Alexander (2011) – “The Arctic: A clash of interests or clash of ambitions”. Capítulo 2 do Relatório *Russia in the Arctic* publicado pelo *Strategic Studies Institute Monograph*, editado por Stephen J. Blank, disponível em: <https://ssi.armywarcollege.edu/pdffiles/PUB1073.pdf>

GOVERNMENT OF CANADA, “Exercises and Activities”, disponível em: <http://www.forces.gc.ca/en/operations-regional-jtf-north/exercises.page>

INTERNATIONAL EXPERT COUNCIL ON COOPERATION IN THE ARCTIC, “The development of the arctic zone of the Russian Federation”, tradução inglesa, 2013, disponível em: <http://www.iecca.ru/en/legislation/strategies/item/99-the-development-strategy-of-the-arctic-zone-of-the-russian-federation>

INSTITUTO ESPAÑOL DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS, “Russian Federation’s National Security Strategy”, tradução inglesa, 2015, disponível em: <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/OtrasPublicaciones/Internacional/2016/Russian-National-Security-Strategy-31Dec2015.pdf>

KLIMENKO, Ekaterina (2016) – “Russia’s Arctic Security Policy – Still Quiet in the North?”, *Stockholm International Peace Research Institute*, disponível em:

<https://www.sipri.org/publications/2016/sipri-policy-papers/russias-arctic-security-policy-still-quiet-high-north>

MARITIME EXECUTIVE, “Ice Experts Review Northern Sea Route”, 2014, disponible em: <http://www.maritime-executive.com/article/Ice-Experts-Review-Northern-Sea-Route-2014-10-28>

NATIONAL GEOGRAPHIC, “Arctic”, entrada enciclopédica, disponible em: <https://www.nationalgeographic.org/encyclopedia/arctic/>

NATIONAL SNOW & ICE DATA CENTER, “2016 ties with 2007 for second lowest Arctic sea ice minimum”, disponible em: <http://nsidc.org/arcticseaicenews/2016/09/2016-ties-with-2007-for-second-lowest-arctic-sea-ice-minimum/>

NATIONAL SNOW & ICE DATA CENTER, “Indigenous People: Impacts”, disponible em: http://nsidc.org/cryosphere/seaice/environment/indigenous_impacts.html

NATO ASSOCIATION OF CANADA, “Of Fire and Ice: Russia’s Militarization of the Arctic”, 2016, disponible em: <http://natoassociation.ca/of-fire-and-ice-russias-militarization-of-the-arctic/>

NORWEGIAN ARMED FORCES, “Cold Response 2016”, 2016, disponible em: <https://forsvaret.no/en/exercise-and-operations/exercises/cold-response>

NORWEGIAN ARMED FORCES, “The third biennial Arctic Challenge Exercise”, 2017, disponible em: <https://forsvaret.no/en/press/the-third-biennial-arctic-challenge-exercise>

NORWEGIAN ARMED FORCES, "Trident Juncture 2018 - In 2018, Norway will host NATO's high visibility exercise Trident Juncture. Tens of thousands of soldiers are expected to participate in the major exercise" 2017, disponible em: <https://forsvaret.no/en/exercise-and-operations/exercises/cold-response>

PROTECTION OF THE ARCTIC MARINE ENVIRONMENT, “Northern Sea Route Shipping Statistics”, disponível em: <https://pame.is/index.php/projects/arctic-marine-shipping/older-projects/northern-sea-route-shipping-statistics>

PERLO-FREEMAN, Sam; FLEURANT, Aude; WEZEMAN, Pieter; WEZEMAN, Siemon (2016) – “Trends in world military expenditure, 2015”, *Stockholm International Peace Research Institute*, disponível em: <https://www.sipri.org/sites/default/files/EMBARGO%20FS1604%20Milex%202015.pdf>

RT, “Cold war games: NATO, friendly air forces brace for large Arctic drills” 2015, disponível em: <https://www.rt.com/news/261781-nato-drills-games-arctic/>

RT. “Russia floats out Arktika icebreaker, set to be world’s largest”, 2016, disponível em: <https://www.rt.com/business/346997-russia-arktika-icebreaker-float/>

RUSTRANS, “Russia's National Security Strategy to 2020”, 2012, disponível em: <http://rustrans.wikidot.com/russia-s-national-security-strategy-to-2020>

SEVERSKY, Alexander P., “Importance of Global Command of the Air – Remove the curse of the outmoded strategy of balanced forces” 1956, discurso proferido na Universidade de *Southern Illinois*, disponível em: <http://connection.ebscohost.com/c/speeches/9796624/importance-global-command-air>

SPUTNIK NEWS, “After Decades of Russian Goodwill, Norway Builds Up Military Against Moscow”, 2016, disponível em: <https://sputniknews.com/europe/201606261041982707-norway-anti-russian-military-buildup/>

SPUTNIK NEWS, “Russia Launches Most Powerful Nuclear Icebreaker Arktika”, 2016, disponível em: <https://sputniknews.com/russia/201606161041421522-russia-arktika-icebreaker/>

SPUTNIK NEWS, "Russian National Security Strategy for 2016: Key Updated Points" 2016, disponível em: <http://sputniknews.com/russia/20160102/1032599111/russia-national-security-strategy.html>

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, "Military expenditure", 2017, disponível em: <https://www.sipri.org/research/armament-and-disarmament/arms-transfers-and-military-spending/military-expenditure>

SWEDISH ARMED FORCES, "Aurora 17 Stronger defence together", 2017, disponível em: <http://www.forsvarsmakten.se/en/activities/exercises/aurora-17/>

THE EMBASSY OF THE RUSSIAN FEDERATION TO THE UNITED KINGDOM AND NORTHERN IRELAND, "The Foreign Policy Concept of the Russian Federation", 2013, disponível em: <https://www.rusemb.org.uk/in1/>

THE INDEPENDENT BARENTS OBSERVER, "Arctic Challenge 2017 set for take off", 2017, disponível em: <https://thebarentsobserver.com/en/security/2017/05/arctic-challenge-2017-set-take>

THE MINISTRY OF DEFENSE OF THE RUSSIAN FEDERATION, "The intensity of combat training in the Northern Fleet has more than doubled", 2017, disponível em: http://eng.mil.ru/en/news_page/country/more.htm?id=12126528@egNews

THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE RUSSIAN FEDERATION, "The Foreign Policy Concept of the Russian Federation", 2016, disponível em: http://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICkB6BZ29/content/id/2542248

THE PRESIDENT OF RUSSIA, "Foreign Policy Concept of the Russian Federation", 2008, disponível em: <http://en.kremlin.ru/supplement/4116>

THE PRESIDENT OF RUSSIA, "Meeting of the Security Council on state policy in the Arctic" 2014, disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20845>

THE PRESIDENT OF RUSSIA, "Russian Federation Marine Doctrine", 2015, disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/50060>

THE PRESIDENT OF RUSSIA, "Meeting on Arctic region's comprehensive development", 2017, disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/54147>

THE RUSSIAN GOVERNMENT, “Comprehensive project to develop the Northern Sea Route”, 2015, disponível em: <http://government.ru/en/news/18405/>

THE RUSSIAN GOVERNMENT, “Government report on its performance in 2016”, 2017, disponível em: <http://government.ru/en/news/27338/>

TIAN, Nan; FLEURANT; Aude; WEZEMAN, Pieter D.; WEZEMAN, Siemon T. (2017) – “Trends in world military expenditure, 2016”, *Stockholm International Peace Research Institute*, disponível em: <https://www.sipri.org/sites/default/files/Trends-world-military-expenditure-2016.pdf>

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, “Russia. Analysis”, 2016, disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis.cfm?iso=RUS>

U.S. GEOLOGICAL SURVEY, “90 Billion Barrels of Oil and 1,670 Trillion Cubic Feet of Natural Gas Assessed in the Arctic” 2008, disponível em: http://www.usgs.gov/newsroom/article.asp?ID=1980&from=rss_home#.VXRxss9Viko

WEZEMAN, Siemon T. (2016) – “Military capabilities in the arctic: a new cold war in the high north?”, *Stockholm International Peace Research Institute*, documento de referência, disponível em: <https://www.sipri.org/sites/default/files/Military-capabilities-in-the-Arctic.pdf>

Dissertação de mestrado

BAPTISTA, Ana Rita Pereira. “O Ártico – Geopolítica e Desafios Transnacionais”. Sintra, 2015.

CLAUDIO, Valter de Carvalho. “A Política Externa do Canadá para o Ártico no século XXI”. Lisboa, 2016

PEREIRA, Rúben Manuel de Castro. “A Geopolítica do Ártico e a Estratégia de Segurança Energética da União Europeia”. Lisboa, 2014.